



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Diário Oficial

DO ESTADO DO PARÁ

ORDEN E PROGRESSO

ANO LXVI — 68.º DA REPÚBLICA — NUM. 18.478

BELEM — SÁBADO, 11 DE MAIO DE 1957

PORTARIA N. 145 — DE 9 DE MAIO DE 1957
O Governador do Estado do Pará, usando de suas atribuições, **RESOLVE**:
Mandar servir no Gabinete Civil do Governador do Estado até 15 de setembro do corrente ano, nos termos do art. 34, parágrafo único, combinado com o art. 54, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, e por conveniência da administração, Gulomar dos Santos Amorim, ocupante efetivo, do cargo de Escriuário Apurador, padrão C, do Quadro Único, lotado no Departamento de Miscalização e Tomada de Contas, da Secretaria de Estado de Finanças.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 9 de maio de 1957.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado

PORTARIA N. 146 — DE 9 DE MAIO DE 1957
O Governador do Estado do Pará, usando de suas atribuições, **RESOLVE**:
Mandar servir, de acordo com o art. 34, parágrafo único, combinado com o art. 54, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, e por conveniência da administração, na Secretaria de Estado de Finanças, até 15 de setembro do corrente ano, Lucimar Ferreira Pereira, ocupante efetiva do cargo de Escriuário, classe C, do Quadro Único, lotado na Biblioteca e Arquivo Público.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 9 de maio de 1957.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado

SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E JUSTIÇA

DECRETO DE 3 DE MAIO DE 1957
O Governador do Estado: resolve conceder, de acordo com o art. 103, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Elias Fernandes de Queiroz, ocupante efetivo, do cargo, em comissão, de Comissário de Polícia da Capital, padrão F, do Quadro Único, lotado nas Delegacias Policiais, do Departamento Estadual de Segurança Pública 120 dias de licença para tratamento de saúde a contar de 14 de fevereiro a 13 de junho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 3 de maio de 1957.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO DE 8 DE MAIO DE 1957
O Governador do Estado: resolve nomear de acordo com o art. 12, item IV, alínea b), da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Antônio Vicente Santiago para exercer interinamente o cargo de Adjunto de Promotor Público do Interior do Quadro Único, lotado em Anhangá, 30. Termo da Comarca de Castanhal, vago com a exoneração de Raimundo Nonato Viegas.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de maio de 1957.
Gal. Brig. JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 8 DE MAIO DE 1957
O Governador do Estado: resolve nomear Catulino do Nascimento Gomes para exercer, interinamente, o cargo de Escriuário do Registro Civil na povoação Itupanema, Município de Barcarena, subdistrito Judiciário da Comarca de Belém, vago com o falecimento do titular Adalberto de Matos Brandão.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de maio de 1957.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 8 DE MAIO DE 1957
O Governador do Estado: resolve tendo em vista os termos do Venerando Acórdão n. 601 de 13 de fevereiro de 1957 do Tribunal de Justiça do Estado, exonerar, de acordo com o art. 75, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Raimundo Nonato Viegas do cargo de Adjunto de Promotor Público do Interior, do Quadro Único, lotado em Anhangá, 30. Termo da Comarca de Castanhal.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de maio de 1957.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

de Marabá, vago com a exoneração de Hermogenes Leão da Costa.
Palácio do Governo do Estado do Pará, 9 de maio de 1957.
Gal. Brig. JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 9 DE MAIO DE 1957
O Governador do Estado: resolve tornar sem efeito o decreto, datado de 12 de março de 1957, que nomeou, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b), da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Alvaro Barros Lima para exercer interinamente, o cargo de Adjunto de Promotor Público do Interior, do Quadro Único, lotado no 10. Termo Sede da Comarca de Marabá, vago com a exoneração de Hermogenes Leão da Costa.
Palácio do Governo do Estado do Pará, 9 de maio de 1957.
Gal. Brig. JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1957
O Governador do Estado: resolve tendo em vista os termos do Venerando Acórdão n. 711, de 20 de março de 1957, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, tornar sem efeito o decreto, datado de 6 de setembro de 1956 que tornou sem efeito o decreto de 23 de julho de 1953, que readmitiu Waternio Leite de Carvalho, no cargo de Coletor, padrão C, do Quadro Único lotado na Coletoria de Benças do Estado em Acará.
Palácio do Governo do Estado do Pará, 16 de abril de 1957.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Oscar Nicolau da Cunha Lauzi
Secretário de Estado de Finanças

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DECRETO DE 11 DE ABRIL DE 1957
O Governador do Estado: resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b), da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Terezinha de Jesus Lopes para exercer, interinamente, o cargo de professor de 1.ª. entrada, padrão A, do Quadro Único.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 11 de abril de 1957.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 15 DE ABRIL DE 1957

O Governador do Estado: resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b), da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Bráulio de Castro Corrêa para exercer, interinamente, o cargo de professor de 1.ª. entrada, padrão A, do Quadro Único, vago com a exoneração de Maria Helena Baif.
Palácio do Governo do Estado do Pará, 15 de abril de 1957.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 15 DE ABRIL DE 1957

O Governador do Estado: resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b), da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Zolima Dourado de Almeida Dutra para exercer, interinamente, o cargo de professor de 1.ª. entrada, padrão A, do Quadro Único.
Palácio do Governo do Estado do Pará, 15 de abril de 1957.
Gal. Brig. JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 15 DE ABRIL DE 1957

O Governador do Estado: resolve exonerar, de acordo com o art. 75, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Doralce Rodrigues da Silva do cargo de professor de 1.ª. entrada, padrão A, do Quadro Único.
Palácio do Governo do Estado do Pará, 15 de abril de 1957.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE ABRIL DE 1957

O Governador do Estado: resolve renovar, a pedido, de acordo com o art. 57, item I, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Mercedes Sousa Malcher ocupante do cargo de professor de 1.ª. entrada, padrão A, do Quadro Único, da escola do lugar Capreco, Capangema, para a escola do lugar Livramento, Município de Igarapé Açu.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

GOVERNADOR DO ESTADO:

General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA

SECRETÁRIO DE ESTADO DO GOVERNO:

Sr. BENEDITO JOSÉ DE CARVALHO

SECRETÁRIO DO INTERIOR E JUSTIÇA:

Dr. AURELIO CORRÊA DO CARMO

SECRETÁRIO DE FINANÇAS:

Sr. OSCAR NICOLAU DA CUNHA LAUZID

SECRETÁRIO DE SAÚDE PÚBLICA:

Dr. HENRY CHECRALLA KAYATH

SECRETÁRIO DE OBRAS, TERRAS E VIAÇÃO:

Dr. JARBAS DE CASTRO PEREIRA

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Dr. JOSÉ CARDOSO DA CUNHA COIMBRA

SECRETÁRIO DE PRODUÇÃO

Dr. JOSÉ MENDES MARTINS

* * *

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ

RUA DO UNA, 32 — TELEFONE: 3262

Tenente CLAUDIO DE SOUZA MENEZES
Diretor GeralPEDRO DA SILVA SANTOS
Redator-ChefeMateria paga será recebida: — Das 8 às 13,30 horas,
diariamente, exceto aos sábados.**A S S I N A T U R A S****CAPITAL:**

Anual	Cr\$	800,00
Semestral	"	500,00
Número avulso	"	2,00
Número atrasado	"	3,00

ESTADOS E MUNICIPIOS:

Anual	Cr\$	1.000,00
Semestral	"	600,00

O custo do exemplar atrasado dos órgãos oficiais será,
na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 3,00 ao ano.**PUBLICIDADE:**

- 1 Página de contabilidade, 1 vez Cr\$ 1.200,00
1 Página comum, uma vez 900,00
Publicidade por mais de 3 vezes até 5 vezes inclusive,
10 % de abatimento.
De 5 vezes em diante, 20 % item.
Cada centímetro por coluna — Cr\$ 10,00

EXPEDIENTEAs Repartições Públicas deverão remeter o expediente
previsto à publicação nos jornais até às 14,00 horas, exceto
aos sábados.— As reclamações pertinentes à matéria retribuída,
nos casos de erros ou omissões deverão ser formuladas, por
escrito, à Diretoria Geral, das 8 às 14,30 horas, e, no máximo,
24 horas após a saída dos órgãos oficiais.— Os originais deverão ser datilografados e autenticados,
ressalvadas, por quem de direito, as rasuras e emendas.
— A matéria paga será recebida das 8 às 14,00 horas
nesta I. O., e no posto coletor à rua 13 de Maio, das 8,00
às 11 horas, exceto aos sábados.— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre
anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época,
por seis meses ou um ano.— As assinaturas vencidas poderão ser suspensas sem
aviso.Para facilitar aos clientes a verificação do prazo de validade
de suas assinaturas, na parte superior ao endereço vão
impressas o número do talão do registro, o mês e o ano em
que findará.A fim de evitar solução de continuidade no recebimento
dos jornais, devem os assinantes providenciar a respectiva renovação
com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.— As Repartições Públicas cingir-se-ão às assinaturas
anuais renovadas até 23 de fevereiro de cada ano e as iniciativas,
em qualquer época, pelos órgãos competentes.— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados
de esclarecimentos solicitamos aos senhores clientes,
quanto à sua publicação, preferência à remessa por meio de
cheque ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da
Imprensa Oficial.— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se
fornecerão aos assinantes que os solicitarem.Palácio do Governo do Estado
do Pará, 23 de abril de 1957.
General de Brigada JOAQUIM DE
MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação
e Cultura**DECRETO DE 30 DE ABRIL
DE 1957**O Governador do Estado:
resolve nomear, de acordo com
o art. 12, item IV, alínea b), da
Lei n. 749, de 24 de dezembro de
1953, Maria José de Nazaré Macias
para exercer interinamente, o cargo
de professor de 3a. entrada, padrão
C, do Quadro Único.
Palácio do Governo do Estado
do Pará, 30 de abril de 1957.
General de Brigada JOAQUIM DE
MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação
e Cultura**DECRETO DE 30 DE ABRIL
DE 1957**O Governador do Estado:
resolve nomear, de acordo com
o art. 12, item IV, alínea b), da
Lei n. 749, de 24 de dezembro de
1953, Cacilda Possidônio Nascimento
para exercer interinamente, o cargo
de professor de 1a. entrada, padrão
A, do Quadro Único.Palácio do Governo do Estado
do Pará, 30 de abril de 1957.
Palácio do Governo do Estado
General de Brigada JOAQUIM DE
MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação
e Cultura**DECRETO DE 30 DE ABRIL
DE 1957**O Governador do Estado:
resolve nomear, de acordo com
o art. 12, item IV, alínea b), da
Lei n. 749, de 24 de dezembro de
1953, Maria Clara Costa Cruz para
exercer interinamente, o cargo de
professor de 1a. entrada, padrão
A, do Quadro Único.Palácio do Governo do Estado
do Pará, 30 de abril de 1957.
General de Brigada JOAQUIM DE
MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação
e Cultura**DECRETO DE 30 DE ABRIL
DE 1957**O Governador do Estado:
resolve nomear, de acordo com
o art. 12, item IV, alínea b), da
Lei n. 749, de 24 de dezembro de
1953, Iracema Fufell Piedade para
exercer interinamente, o cargo de
professor de 1a. entrada, padrão
A, do Quadro Único.Palácio do Governo do Estado
do Pará, 30 de abril de 1957.
General de Brigada JOAQUIM DE
MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação
e Cultura**DECRETO DE 30 DE ABRIL
DE 1957**O Governador do Estado:
resolve nomear, de acordo com
o art. 12, item IV, alínea b), da
Lei n. 749, de 24 de dezembro de
1953, Maria Juraci Costa Monteiro
para exercer interinamente, o cargo
de professor de 1a. entrada, padrão
A, do Quadro Único.Palácio do Governo do Estado
do Pará, 30 de abril de 1957.
General de Brigada JOAQUIM DE
MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação
e Cultura**DECRETO DE 30 DE ABRIL
DE 1957**O Governador do Estado:
resolve nomear, de acordo com
o art. 12, item IV, alínea b), da
Lei n. 749, de 24 de dezembro de
1953, Cristina Cardoso Bahia para
exercer interinamente, o cargo de
professor de 1a. entrada, padrão
A, do Quadro Único.Palácio do Governo do Estado
do Pará, 30 de abril de 1957.
General de Brigada JOAQUIM DE
MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação
e Cultura**DECRETO DE 30 DE ABRIL
DE 1957**O Governador do Estado:
resolve nomear, de acordo com
o art. 12, item IV, alínea b), da
Lei n. 749, de 24 de dezembro de
1953, Maria Doracy Ferreira para
exercer interinamente, o cargo de
professor de 2a. entrada, padrão
A, do Quadro Único.Palácio do Governo do Estado
do Pará, 30 de abril de 1957.
General de Brigada JOAQUIM DE
MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação
e Cultura**DECRETO DE 30 DE ABRIL
DE 1957**O Governador do Estado:
resolve nomear, de acordo com
o art. 12, item IV, alínea b), da
Lei n. 749, de 24 de dezembro de
1953, Tertulliana de Ataíde Gomes
para exercer interinamente, o cargo
de professor de 2a. entrada, padrão
A, do Quadro Único.Palácio do Governo do Estado
do Pará, 30 de abril de 1957.
General de Brigada JOAQUIM DE
MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação
e Cultura**DECRETO DE 30 DE ABRIL
DE 1957**O Governador do Estado:
resolve nomear, de acordo com
o art. 12, item IV, alínea b), da
Lei n. 749, de 24 de dezembro de
1953, Anita Monteiro Pinheiro para
exercer interinamente, o cargo de
professor de 1a. entrada, padrão
A, do Quadro Único.Palácio do Governo do Estado
do Pará, 30 de abril de 1957.
General de Brigada JOAQUIM DE
MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação
e Cultura**DECRETO DE 30 DE ABRIL
DE 1957**O Governador do Estado:
resolve nomear, de acordo com
o art. 12, item IV, alínea b), da
Lei n. 749, de 24 de dezembro de
1953, Dagmar Rebelo Melo para
exercer interinamente, o cargo de
professor de 1a. entrada, padrão
A, do Quadro Único.Palácio do Governo do Estado
do Pará, 30 de abril de 1957.
General de Brigada JOAQUIM DE
MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação
e Cultura**DECRETO DE 30 DE ABRIL
DE 1957**O Governador do Estado:
resolve nomear, de acordo com
o art. 12, item IV, alínea b), da
Lei n. 749, de 24 de dezembro de
1953, Luiza Martins de Jesus para
exercer interinamente, o cargo de
professor de 1a. entrada, padrão
A, do Quadro Único.Palácio do Governo do Estado
do Pará, 30 de abril de 1957.General de Brigada JOAQUIM DE
MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação
e Cultura**DECRETO DE 30 DE ABRIL
DE 1957**O Governador do Estado:
resolve nomear, de acordo com
o art. 12, item IV, alínea b), da
Lei n. 749, de 24 de dezembro de
1953, Lindalva de Lima Pereira
para exercer interinamente, o cargo
de professor de 1a. entrada,
padrão A, do Quadro Único.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 30 de abril de 1957.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 30 DE ABRIL DE 1957

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b), da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Maria Cravo Pereira para exercer interinamente, o cargo de professor de 1.ª, entrada, padrão A, do Quadro Único.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 30 de abril de 1957.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 30 DE ABRIL DE 1957

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b), da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Doralice Souza de Andrade para exercer interinamente, o cargo de professor de 1.ª, entrada, padrão A, do Quadro Único.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 30 de abril de 1957.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 30 DE ABRIL DE 1957

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b), da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Darcy Nascimento Pereira para exercer interinamente, o cargo de professor de 1.ª, entrada, padrão A, do Quadro Único.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 30 de abril de 1957.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 30 DE ABRIL DE 1957

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b), da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Bibiana da Silva Barbosa para exercer interinamente, o cargo de professor de 1.ª, entrada, padrão A, do Quadro Único.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 30 de abril de 1957.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 30 DE ABRIL DE 1957

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b), da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Maria da Conceição Penante Garcia para exercer interinamente, o cargo de professor de 1.ª, entrada, padrão A, do Quadro Único.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 30 de abril de 1957.
Gal. Brig. JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 30 DE ABRIL DE 1957

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b), da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Dulcimara Barbosa de Souza para exercer interinamente, o cargo de professor de 1.ª, entrada, padrão A, do Quadro Único.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 30 de abril de 1957.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 30 DE ABRIL DE 1957

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b), da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Clea Rodrigues Garcia para exercer interinamente, o cargo de professor de 1.ª, entrada, padrão A, do Quadro Único.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 30 de abril de 1957.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 30 DE ABRIL DE 1957

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b), da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Durvalde Barbosa Garcia para exercer interinamente, o cargo de professor de 1.ª, entrada, padrão A, do Quadro Único.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 30 de abril de 1957.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 30 DE ABRIL DE 1957

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b), da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Rosa Tavares de Sousa para exercer interinamente, o cargo de professor de 1.ª, entrada, padrão A, do Quadro Único.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 30 de abril de 1957.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 30 DE ABRIL DE 1957

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b), da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Ana Felix Tavares para exercer interinamente, o cargo de professor de 1.ª, entrada, padrão A, do Quadro Único.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 30 de abril de 1957.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 30 DE ABRIL DE 1957

O Governador do Estado resolve remover, a pedido, de acordo com o art. 57, item I, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Elza Vitória de Paula Garcia ocupante do cargo de professor de 1.ª, entrada, padrão A, do Quadro Único, da escola do lugar Igarapé Agu do Jaboti Cabá Município de Capim, para o Município de Soure.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 30 de abril de 1957.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 30 DE ABRIL DE 1957

O Governador do Estado resolve efetivar, de acordo com o art. 120, da Constituição Estadual, Maria Benta Batista Duarte no cargo de professor de 1.ª, entrada, padrão A do do Quadro Único.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 30 de abril de 1957.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 30 DE ABRIL DE 1957

O Governador do Estado resolve exonerar, a pedido, de acordo com o art. 75, item I, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Maria Carmelina de Miranda Costa do cargo de professor de História do Brasil, padrão I, do Quadro Único, lotado no Instituto de Educação do Pará.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 30 de abril de 1957.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 30 DE ABRIL DE 1957

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 107, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Justina Pinto Gama ocupante do cargo de professor de 3.ª, entrada, padrão C, do Quadro Único, com exercício no grupo escolar Frei Daniel, 90 dias de licença repouso, a contar de 1 de abril a 29 de junho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 30 de abril de 1957.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 30 DE ABRIL DE 1957

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 107, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Cirene Vasconcelos da Silva Pereira, ocupante do cargo de professor de 2.ª, entrada, padrão C, do Quadro Único, com exercício no grupo escolar de Bragança, 90 dias de licença repouso, a contar de 15 de março a 12 de junho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 30 de abril de 1957.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 30 DE ABRIL DE 1957

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 107, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Francisca Braga Coelho ocupante do cargo de professor de 3.ª, entrada, padrão C, do Quadro Único, com exercício em grupo escolar da Capital, 60 dias de licença para tratamento de saúde, a contar de 1 de abril a 29 de junho do corrente ano.

SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO

Despachos do Governador com o Secretário.
Em 9-5-57.

Requerimentos:
N. 1042, de Sotero Antônio Cardoso. — Ao parecer do D. P.
N. 1044, de Helena Pantoja Carneiro. — Ao parecer do D. P.
N. 1040, de Pedro Batista Marques. — Diga o Dr. S. I. J.
N. 1043, de João Torres Pereira e Paulo Mendes de Moraes. — Ao parecer do D. P.
N. 2039, de Manoel da Cunha Pontes Neto. — Sim, na base de 10 % sobre os seus ven-

Palácio do Governo do Estado do Pará, 30 de abril de 1957.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 30 DE ABRIL DE 1957

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 107, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Graziêda Braga Wanderley ocupante do cargo de professor de 3.ª, entrada, padrão C, do Quadro Único, lotada em grupo escolar da Capital 90 dias de licença, para acompanhar pessoal da família, a contar de 15 de março a 12 de junho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 30 de abril de 1957.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 30 DE ABRIL DE 1957

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 107, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Simplicio Esperidião do Vale ocupante efetivo do cargo de Porteiro, padrão A, do Quadro Único, lotado na Biblioteca e Arquivo Público, um (1) ano de licença, sem vencimentos, para tratar de interesses particulares.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 30 de abril de 1957.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 30 DE ABRIL DE 1957

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 107, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Maria Moreira Vidal, ocupante do cargo de professor de 1.ª, entrada, padrão A, do Quadro Único, com exercício no grupo escolar de Guamã, 90 dias de licença repouso, a contar de 1 de abril a 29 de junho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 30 de abril de 1957.
Gal. Brig. JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 2 DE MAIO DE 1957

O Governador do Estado resolve tendo em vista os termos do Venerando Acórdão n. 749, de 3 de abril de 1957, do Tribunal de Justiça do Estado, reintegrar, de acordo com o art. 61, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Rosa Gomes do Rosário no cargo de professor de 1.ª, entrada, padrão A, do Quadro Único.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 2 de maio de 1957.
Gal. Brig. JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

cimentos, nos termos dos pareceres. Ao D. P., para os devidos fins.

N. 2038, de Maria Raimunda Aires Ferreira. — Ao D. P., para dizer.
N. 2041, de Joaquim Pires dos Santos Lima. — Diga o D. P.
N. 2042, de Raimundo Nonato Ferreira Filho. — Dirija-se, por intermédio do Sr. Diretor de sua repartição.

N. 2034-A, de Francisca de Jesus do Carmo. — Junte-se o certificado do curso primário. Ofícios.

N. 43, do Educandário Montel-ro Lobato, propondo a exoneração de Arnaldo Braga de Brito e a nomeação de Raimundo Agostinho Montelro Franco. Como parecer. Ao D. P., para baixar ato.

Sn., do Juízo de Direito da 4a. Vara. — Ao Dr. S.I.J., para proceder como é de norma pelo Govêrno do Estado.

N. 75, do Departamento Estadual de Estatística, propondo a nomeação de Raimundo Nonato Gomes, para o cargo de servente, em substituição a Honorato Olímpio Pereira. — A vista do laudo de inspeção de saúde a que se submeteu o servente Honorato Olímpio Pereira do D. E. E., seja o mesmo aposentado com os proventos que por lei lhe couberem, nomeando-se em seu lugar Raimundo Nonato Gomes, indicado pelo Sr. Diretor daquela repartição.

N. 284, da Secretaria do Interior e Justiça, encaminhando a carta de Jesuina Gonçalves de Leão. — Improcedente as alegações, archive-se.

N. 93, da Garage do Estado. — Ao S. E. G., Proibese que d'ora avante se adquira pneus sem câmara, nos termos do parecer do Encarregado da Garage do Estado.

N. 6, do Coronel Comandante Geral da Polícia Militar, propondo a reforma de Aguiñaldo de Deus Antunes Cardoso. — A vista do resultado da inspeção de saúde a que se submeteu o 1.º Sargento Aguiñaldo de Deus Antunes Cardoso, da Polícia Militar do Estado, e dada a sua incapacidade definitiva para o Serviço Militar, balce-se ato reformando-o no posto e com os vencimentos de 2.º Tenente, nos termos do artigo 333, letra a), da Lei n. 207, de 30-12-1947. Ao D. P., para os devidos fins.

N. 181, da Imprensa Oficial, em que são interessados os funcionários Maria de Lourdes da Silva Castro e Sebastião Alencar Pereira. — Ao D. P., para dizer.

N. 115, do Matadouro do Maguari. — Ao S.E.G., para oficial ao Diretor do Matadouro do Maguari, para fazer apresentar a R. R. o funcionário e o extranumerário diarista constante de seu ofício 115-57, de 24 de abril de 1957.

GABINETE DO SECRETARIO

Despachos exarados pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado do Govêrno.

Em 9-5-57.

N. 342, do Departamento de Material, em que é interessado o Sr. Laurimar Fernandes Gaspar. — Arquite-se.

N. 28, da Prefeitura Municipal de Baião. — Verificada a exatidão, encaminhe-se ao I. N. E. P. — Ao D. E., para os devidos fins.

Sn., da Norbrasil Ltda. — Arquite-se.

N. 34, da Prefeitura Municipal de São Caetano de Odiveias. — Cliente. Arquite-se.

N. 25, da Prefeitura Municipal de São Caetano de Odiveias. — Cliente. Arquite-se.

N. 127, do Matadouro do Maguari. — Arquite-se.

N. 234, da Assembléia Legislativa. — Arquite-se.

N. 47, da Prefeitura Municipal de Portel. — Junta pro-va de haver encaminhado ao S. C. T. E. F. do Ministério da Fazenda, os balanços financeiros de 1956.

N. 235, da Assembléia Legislativa. — Arquite-se.

N. 24, do Departamento de Aguas, encaminhando as petições de Arlindo Dias e Bernardo Pinheiro Salomão. — Diga o D. P.

Requerimentos:

N. 1767, de Raimundo Ferreira da Silva. — Não satisfazendo a certidão as exigências da Portaria 63, de 14-2-57, vá este processo à S.E.P., para os devidos fins.

N. 1304, de Eunice Machado Cardoso. — Arquite-se.

N. 2045, de Basileu Ferreira Neves. — Antes de subir à audiência do Exmo. Sr. General Governador do Estado, vá ao D. P., para anexar o processo anterior.

DEPARTAMENTO DO PESSOAL

Despachos proferidos pelo Exmo. Sr. General Governador do Estado.

Em 8/5/57

Ofícios:

N. 100, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Pedro Fausto de Souza Campos para a função de Guarda Civil de 3a. classe — Autorizado.

N. 95, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Antônio Arcaño da Cosciada para a função de Guarda Civil de 3a. classe — Autorizado.

N. 102, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão José Jesus Carlos da Silva para a função de Guarda Civil de 3a. classe — Autorizado.

N. 91, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão José Casemiro de Souza Ribeiro para a função de Guarda Civil de 3a. classe — Autorizado.

N. 94, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Raimundo Pereira da Silva para a função de Guarda Civil de 3a. classe — Autorizado.

N. 93, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Menote Ranieri para a função de Guarda Civil de 3a. classe — Autorizado.

N. 92, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Benedito dos Santos Pinheiro para a função de Guarda Civil de 3a. classe — Autorizado.

N. 98, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Luiz Gonzaga de Lima para a função de Guarda Civil de 3a. classe — Autorizado.

N. 87, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Antônio Pereira da Silva para a função de Guarda Civil de 3a. classe — Autorizado.

N. 97, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Raimundo de Souza Graça para a função de Guarda Civil de 3a. classe — Autorizado.

N. 96, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Juliano dos Santos Gomes para a função de Guarda Civil de 3a. classe — Autorizado.

N. 101, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Raimundo Lopes Vasconcelos para a função de Guarda Civil de 3a. classe — Autorizado.

N. 90, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Raimundo Nunes, para a função de Guarda Civil de 3a. classe — Autorizado.

N. 78, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Alvaro de Almeida Paiva para a função de Guarda Civil de 3a. classe — Autorizado.

N. 73, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Jaime Pará Viana para a função de Guarda Civil de 3a. classe — Autorizado.

N. 72, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Samuel Gomes de Araújo para a função de Guarda Civil de 2a. classe — Autorizado.

N. 75, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Manoel de Almeida Paiva para a função de Guarda Civil de 3a. classe — Autorizado.

N. 99, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Osmar Farias de Souza para a função de Guarda Civil de 3a. classe — Autorizado.

N. 70, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Manoel Idair de Oliveira para a função de Guarda Civil de 3a. classe — Autorizado.

ra para a função de Guarda Civil de 3a. classe — Autorizado.

N. 79, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Rui Amintas para a função de Guarda Civil de 3a. classe — Autorizado.

N. 76, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Manoel Moçesto Pinheiro para a função de Guarda Civil de 3a. classe — Autorizado.

N. 74, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Francisco Domingos da Silva para a função de Guarda Civil de 3a. classe — Autorizado.

N. 77, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Manoel de Brito Marques para a função de Guarda Civil de 3a. classe — Autorizado.

N. 80, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão João de Souza Rocha para a função de Guarda Civil de 3a. classe — Autorizado.

N. 71, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Domingos da Conceição Lima para a função de Guarda Civil de 3a. classe — Autorizado.

N. 34, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Delmiro Gomes do Carmo para a função de Sinaleiro de 3a. classe — Autorizado.

N. 33, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Delmiro Gomes do Carmo para a função de Sinaleiro de 3a. classe — Autorizado.

N. 32, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Delmiro Gomes do Carmo para a função de Sinaleiro de 3a. classe — Autorizado.

N. 31, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Delmiro Gomes do Carmo para a função de Sinaleiro de 3a. classe — Autorizado.

N. 30, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Delmiro Gomes do Carmo para a função de Sinaleiro de 3a. classe — Autorizado.

N. 29, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Delmiro Gomes do Carmo para a função de Sinaleiro de 3a. classe — Autorizado.

N. 28, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Delmiro Gomes do Carmo para a função de Sinaleiro de 3a. classe — Autorizado.

N. 27, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Delmiro Gomes do Carmo para a função de Sinaleiro de 3a. classe — Autorizado.

N. 26, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Delmiro Gomes do Carmo para a função de Sinaleiro de 3a. classe — Autorizado.

N. 25, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Delmiro Gomes do Carmo para a função de Sinaleiro de 3a. classe — Autorizado.

N. 24, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Delmiro Gomes do Carmo para a função de Sinaleiro de 3a. classe — Autorizado.

N. 23, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Delmiro Gomes do Carmo para a função de Sinaleiro de 3a. classe — Autorizado.

N. 22, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Delmiro Gomes do Carmo para a função de Sinaleiro de 3a. classe — Autorizado.

N. 21, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Delmiro Gomes do Carmo para a função de Sinaleiro de 3a. classe — Autorizado.

N. 20, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Delmiro Gomes do Carmo para a função de Sinaleiro de 3a. classe — Autorizado.

N. 19, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Delmiro Gomes do Carmo para a função de Sinaleiro de 3a. classe — Autorizado.

N. 18, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Delmiro Gomes do Carmo para a função de Sinaleiro de 3a. classe — Autorizado.

N. 17, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Delmiro Gomes do Carmo para a função de Sinaleiro de 3a. classe — Autorizado.

N. 16, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Delmiro Gomes do Carmo para a função de Sinaleiro de 3a. classe — Autorizado.

N. 15, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Delmiro Gomes do Carmo para a função de Sinaleiro de 3a. classe — Autorizado.

N. 14, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Delmiro Gomes do Carmo para a função de Sinaleiro de 3a. classe — Autorizado.

N. 13, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Delmiro Gomes do Carmo para a função de Sinaleiro de 3a. classe — Autorizado.

N. 12, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Delmiro Gomes do Carmo para a função de Sinaleiro de 3a. classe — Autorizado.

N. 11, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Delmiro Gomes do Carmo para a função de Sinaleiro de 3a. classe — Autorizado.

N. 23, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Antônio Lisboa Furtado para a função de Sinaleiro de 3a. classe — Autorizado.

N. 49, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Ismael Alves Teixeira para a função de Sinaleiro de 3a. classe — Autorizado.

N. 29, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Teodoro Silva dos Santos para a função de Sinaleiro de 3a. classe — Autorizado.

N. 44, do D.E.S.P., propondo a renovação do contrato do cidadão Francisco Barbosa Filho para a função de Sinaleiro de 3a. classe — Autorizado.

N. 3, do S.E.G., propondo a renovação do contrato da Senhora Maria Lúcia Fonseca de Araújo para a função de Datilografia — Autorizado.

N. 104, do S.O.T.V., propondo a renovação do contrato da Senhora Maria de Nazaré Alves Teles para a função de Auxiliar de Escritório — Autorizado.

N. 4, do S.E.F., propondo a renovação do contrato do cidadão Orlando Favacho Gil de Souza para a função de Auxiliar de Escritório — Autorizado.

N. 5, do S.E.F., propondo a renovação do contrato da Senhora Maria Celia Venturiere para a função de Escriturário-Auxiliar-Apurador — Autorizado.

N. 6, do S.E.F., propondo a renovação do contrato da Senhora Maria Celia Venturiere para a função de Escriturário-Auxiliar-Apurador — Autorizado.

N. 7, do S.E.F., propondo a renovação do contrato da Senhora Maria Celia Venturiere para a função de Escriturário-Auxiliar-Apurador — Autorizado.

N. 8, do S.E.F., propondo a renovação do contrato da Senhora Maria Celia Venturiere para a função de Escriturário-Auxiliar-Apurador — Autorizado.

N. 9, do S.E.F., propondo a renovação do contrato da Senhora Maria Celia Venturiere para a função de Escriturário-Auxiliar-Apurador — Autorizado.

N. 10, do S.E.F., propondo a renovação do contrato da Senhora Maria Celia Venturiere para a função de Escriturário-Auxiliar-Apurador — Autorizado.

N. 11, do S.E.F., propondo a renovação do contrato da Senhora Maria Celia Venturiere para a função de Escriturário-Auxiliar-Apurador — Autorizado.

N. 12, do S.E.F., propondo a renovação do contrato da Senhora Maria Celia Venturiere para a função de Escriturário-Auxiliar-Apurador — Autorizado.

N. 13, do S.E.F., propondo a renovação do contrato da Senhora Maria Celia Venturiere para a função de Escriturário-Auxiliar-Apurador — Autorizado.

N. 14, do S.E.F., propondo a renovação do contrato da Senhora Maria Celia Venturiere para a função de Escriturário-Auxiliar-Apurador — Autorizado.

N. 15, do S.E.F., propondo a renovação do contrato da Senhora Maria Celia Venturiere para a função de Escriturário-Auxiliar-Apurador — Autorizado.

N. 16, do S.E.F., propondo a renovação do contrato da Senhora Maria Celia Venturiere para a função de Escriturário-Auxiliar-Apurador — Autorizado.

N. 17, do S.E.F., propondo a renovação do contrato da Senhora Maria Celia Venturiere para a função de Escriturário-Auxiliar-Apurador — Autorizado.

N. 18, do S.E.F., propondo a renovação do contrato da Senhora Maria Celia Venturiere para a função de Escriturário-Auxiliar-Apurador — Autorizado.

N. 19, do S.E.F., propondo a renovação do contrato da Senhora Maria Celia Venturiere para a função de Escriturário-Auxiliar-Apurador — Autorizado.

N. 20, do S.E.F., propondo a renovação do contrato da Senhora Maria Celia Venturiere para a função de Escriturário-Auxiliar-Apurador — Autorizado.

N. 21, do S.E.F., propondo a renovação do contrato da Senhora Maria Celia Venturiere para a função de Escriturário-Auxiliar-Apurador — Autorizado.

N. 22, do S.E.F., propondo a renovação do contrato da Senhora Maria Celia Venturiere para a função de Escriturário-Auxiliar-Apurador — Autorizado.

N. 23, do S.E.F., propondo a renovação do contrato da Senhora Maria Celia Venturiere para a função de Escriturário-Auxiliar-Apurador — Autorizado.

N. 24, do S.E.F., propondo a renovação do contrato da Senhora Maria Celia Venturiere para a função de Escriturário-Auxiliar-Apurador — Autorizado.

N. 25, do S.E.F., propondo a renovação do contrato da Senhora Maria Celia Venturiere para a função de Escriturário-Auxiliar-Apurador — Autorizado.

N. 26, do S.E.F., propondo a renovação do contrato da Senhora Maria Celia Venturiere para a função de Escriturário-Auxiliar-Apurador — Autorizado.

N. 27, do S.E.F., propondo a renovação do contrato da Senhora Maria Celia Venturiere para a função de Escriturário-Auxiliar-Apurador — Autorizado.

N. 28, do S.E.F., propondo a renovação do contrato da Senhora Maria Celia Venturiere para a função de Escriturário-Auxiliar-Apurador — Autorizado.

SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E JUSTIÇA

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. General Governador do Estado com o Sr. Dr. Secretário do Interior e Justiça.

Em 8-5-57.

Ofício:

Sn., do Departamento Estadual de Segurança Pública, anexo a carta n. 67, de Raimundo Alves de Oliveira, e os autos de inquérito sobre irregularidades verificadas naquela Município.

— Ao S. I. J., pelo resultado do inquérito, sejam exonerados o Delegado de Polícia e o escrivão da Delegacia, mantido o Comissário de Polícia da sede do Município e estabelecido o destacamento militar de cinco praças e um cabo, sendo três praças e o cabo em Capitão Pôco e as duas restantes na cidade de Ourém. Seja exonerado o comissário de Capitão Pôco, José Joaquim Gomes e nomeado, em substituição, o sr. Henrique Corrêa. — Cumpra-se.

GABINETE DO SECRETARIO

Despachos proferidos pelo Sr. Dr. Secretário do Interior e Justiça.

Em 4-5-57.

Cartas:

N. 67, de Raimundo Alves de Oliveira, em Ourém, anexo os autos de inquérito sobre irregularidades naquela Município. — Remeta-se ao Exmo. Sr. General Governador do Estado.

Em 6-5-57.

N. 75, de Miguel dos Reis Guimarães, residente em Abaetetuba, pedindo providências. — A De-

legacia de Polícia de Abaetetuba, por intermédio do D.E.S.P., para opinar e informar.

N. 76, de Julião Galdino Pereira, Juruti. — A D. E., para informar.

Em 7-5-57.

N. 55, de Jesuina Gonçalves de Leão, Soure. — Como se verifica da informação supra, do promotor público da Comarca de Soure, improcedem as alegações feitas pela signatária de fls. pelo que opino pelo arquivamento deste expediente. A superior consideração do Exmo. Sr. General Governador do Estado.

Peticções:

Em 7-5-57.

054 — Raimundo Ortiz Vergolino, extrator de castanhas no Município de Marapaná, pedindo providências. — Escapando a apreciação do Executivo o caso deste petitor, archive-se.

0254 — Mobuya Suzuki, natural do Japão, pedindo naturalização de cidadão brasileiro. — Encaminhe-se ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

01031 — Manoel da Cunha Pontes Neto, guarda civil, pedindo o pagamento de adicionais. — Adoto o parecer da Consultoria Geral do Estado para opinar pelo deferimento do presente requerimento. A superior consideração do Exmo. Sr. General Governador do Estado.

01120 — Mariano Antunes de Sousa, Juiz de Direito da Capital, aposentado, requer revisão nos proventos de sua aposentadoria. — A Contadoria Geral do Estado, para exame e parecer.

SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS

GABINETE DO SECRETARIO

Em 8-5-57.

Ofícios:

N. 283, do Departamento Estadual de Segurança Pública, propondo a nomeação de Manoel de Azevedo Pontes, sinaleiro, para o cargo de segundo fiscal. — A superior consideração do Exmo. Sr. General Governador do Estado.

N. 90, da Procuradoria Geral do Estado, comunicação. — Cliente. Arquite-se.

N. 216, da Inspeção da Guarda Civil, anexo os autos de inquérito administrativo, sendo acusado o guarda civil Arquimedes Higino do Nascimento. — Volte ao D.E.S.P., para que a Corregedoria emita parecer. Recontrole que todos os inquéritos e processos, antes da remessa a quem de direito, sejam submetidos ao exame e parecer da Corregedoria, órgão fiscalizador, criado com esse objetivo.

N. 50, da Delegacia de Polícia de Obidos, faz solicitação. — A D. E., para providenciar quantos necessários.

do aos dois últimos itens:

Em 8-5-57.

Petição: 0240 — Pedro Henrique de Araújo, adjunto de promotor de Capanema, pedindo equiparação de vencimentos. — Ao D. P., para exame e parecer.

0261 — Thomé Pinheiro de Sousa, pedindo sua inclusão nas fileiras da P. Militar. — Cumprido o despacho de fls., encaminhado ao Exmo. Sr. General Governador do Estado.

0222 — Olímpio Augusto Cavaleiro de Macedo, oficial de Justiça, lotado na A. J. C. da Capital, pedindo o pagamento de adicional. — Baixe a Assistência Judiciária, para informar se o requerente ainda continua em substituição a Elpidio Ferreira, alias já falecido.

0248 — Hermenegildo da Silva Friza, funcionário, lotado no D. E. S. P., pedindo licença-saúde. — Esta Secretaria, à vista do laudo médico de fls. nada tem a opor ao deferimento do presente requerimento. A superior consideração do Exmo. Sr. General Governador do Estado.

Boletins:

Em 8-5-57.

N. 86, da Polícia Militar, serviço para o dia 8-5-57. — Ciente. Arquivo-se.

N. 103, do Departamento Estadual de Segurança Pública, serviço para o dia 7-5-57. — Ciente. Arquivo-se.

N. 104, do Departamento Estadual de Segurança Pública, serviço para o dia 8-5-57. — Ciente. Arquivo-se.

Telegramas:

Em 8-5-57.

N. 175, de José Damasceno, escrivão de polícia de Capanema. — Ciente. Arquivo-se.

N. 176, de Sinval Corrêa dos Santos, delegado de polícia de Marabá. — Ciente. Arquivo-se.

N. 177, de Antonio Tavares Matias, delegado de polícia de Cametá. — Ciente. Arquivo-se.

DEPARTAMENTO DE RECEITA

Expediente despachado pelo Diretor do Departamento de Fiscalização e Tomada de Contas. Em 7-5-1957.

Petições:

De J. A. de Souza & Cia., Simão Roffé & Cia., N. C. Bessa, L. F. Santana, Delfim Oliveira & Cia., Cipriano Souza & Cia., Joaquim Rodrigues, Esso Standard do Brasil Inc, Antonio Conde & Filho. — A Seção de Fiscalização.

De Alves Gomes & Cia. — A Seção de Fiscalização, para encaminhar à Mecanizada.

De R. Barata, J. P. Amorim, Pacheco & Cia. (filial), Pacheco & Cia. (matriz), J. J. Almeida. — A Seção de Fiscalização, para cumprir com o despacho do Secretário de Finanças do Estado.

De Maués & Cia. — A Seção de Fiscalização, para oficial a Coletoria de Abaetetuba, por intermédio da Seção de Coletorias.

De Cardoso, Costa & Cia. — A Seção de Fiscalização.

Boletim:

De Luiz Sacramento. — A Seção de Fiscalização, para intimar a firma a recolher a diferença conforme informação.

De Nogueira Mesquita & Cia. Ltda. — A Seção de Fiscalização, para arquivar.

De Manoel Rodrigues. — A Seção de Fiscalização, para encaminhar à Mecanizada, para exame e parecer.

Comunicação:

De Dulcídio Barata, Raimundo da Silveira Pauxis. — A Seção de Fiscalização.

Auto:

De C. S. Ferreira. — Tendo em vista o auto lavrado pelo fiscal Paulo Mario Ferreira Costa, impondo a firma C. S. Ferreira, estabelecido à rua Santo Antonio n. 2, nesta cidade, com negócio de Representações por conta Própria,

a multa de Cr\$ 5.000,00, por infração do artigo 19, do decreto n. 1.419, de 12-2-1954, a qual deverá ser recolhida aos cofres do Departamento de Receita, juntamente com a importância de Cr\$ 18.087,40, relativa ao imposto de Vendas e Consignações. Fica avisado que não será aceito o recurso voluntário para a Secretaria de Estado de Finanças, sem o prévio depósito da importância exigida. Intime-se a firma C. S. Ferreira, estabelecida à rua Santo Antonio n. 2, a pagar a quantia de Cr\$ 23.087,40 (vinte e três mil e oitenta e sete cruzeiros e quarenta centavos), multa e imposto, dentro do prazo de dez dias, sob pena de ser extraída a certidão de dívida para cobrança executiva.

Em 8-5-1957.

Petições:

De Cruz Ferreira & Cia., R. Moreira & Cia., Manoel Pedro Madeiras da Amazônia S. A., Sebastiana Pereira Brito, Maria Oliveira, Alves Gomes & Cia. e José da Silva. — A Seção de Fiscalização.

De Nagib José Tuma, Antonio Oliveira Fortunato & Cia. — A Seção de Fiscalização, para cumprir com o despacho do Secretário de Finanças.

De H. Mendes & Cia. — A Seção de Fiscalização, para encaminhar à Mecanizada.

De Luis Menezes. — A Seção de Fiscalização.

Inscrição:

Inscrições:

De Importação e Representações Mundial Ltda. (matriz), R. T. Ferreira. — Ao fiscal do distrito, para informar.

Em 9-5-1957.

Petições:

De R. D. Vicente, Benchimol & Cia., Giovanni Crescente, Milione & Irmão, Companhia de Artilhas, Eurico Silva. — A Seção de Fiscalização.

De Goldefarb & Cia. — A Seção de Fiscalização, para encaminhar à Mecanizada, para exame e parecer.

De Vilarroel & Cia. — A Seção de Fiscalização, para as devidas anotações.

De F. Gonçalves, Salviano Nuens Pereira. — A Seção de Fiscalização, para encaminhar à Mecanizada, para exame e parecer, e depois fazer as anotações.

De J. Mendes & Cia. — A Seção de Fiscalização, para informar o motivo do extravio dos livros.

Expediente despachado pelo Sr. Diretor do Departamento de Receita. Em 7-5-57.

Processos:

N. 27, do Governo do Município de Marechal Hermes, para propo do Capim. — Ao chefe da videnciária, inclusive anotando embaraços abaixo mencionados, para ulteriores medidas acataadoras dos interesses do Estado e do Município prejudicados.

Sin., de João Guimarães Campos. — Volte este expediente à 1a. Seção, para que sejam chamados os respectivos despachantes, a fim de esclarecerem se foram processados os despachos de exportação correspondentes às guias aqui anexadas.

N. 2066, de Jorge Age & Cia. — A 1a. Seção, para processar o depósito.

N. 2068, de Soares de Carvalho, Sabões e Óleos. — Ao chefe do posto fiscal de Icoaraci, para providenciar e informar.

N. 2033, da Empresa de Navegação Aquidabani. — Verificado, entregue-se.

N. 2084, de Alberto Guilherme Alves da Costa. — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

N. 2095, de José Vieira da Silva. — Ao chefe do Posto Fiscal do Cais do Porto, para cobrar o imposto (3,5 %) sobre o valor, após o que reembargue-se.

N. 2096, de Benedito Souza. — Ao chefe do Posto fiscal do Cais do Porto, para cobrar o imposto (3,5 %) e permitir o em-

barque.

N. 2099, de Jorge Age & Cia. — Ao funcionário O. Cardias, para verificar e informar.

Em 9-5-57.

N. 103, do Departamento de atendendo, prazerosamente ao Classificação. — Responda-se, solicitado. A Secretaria.

N. 2082, de Luiz Miranda. — Verificado, embarque-se.

N. 2086, do Laboratório Farmacêutico Internacional S. A. — Verificado, embarque-se.

N. 2087, da Faculdade de Odontologia do Pará. — Verificado, embarque-se.

N. 2101, do Banco de Crédito da Amazônia S. A. — Ao conferente do Armazém 6, para conferir e embarcar e informar.

N. 2103, de Gonçalo da Costa e Silva. — A 1a. Seção, para os devidos fins.

N. 524, do Território Federal do Amapá. — Embarque-se.

N. 2069, de Jorge Age & Cia. — Intime-se a firma Jorge Age & Cia. ao pagamento do acréscimo verificado.

N. 2094, dos Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Ltda. — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

N. 2102, da Companhia Nacional de Navegação Costeira (Patrimônio Nacional). — Verificado, embarque-se.

N. 323, do Ministério da Agricultura. — Embarque-se.

N. 2107, da Varig. — Verificado, reembargue-se.

N. 2108, de José Botelho Gil de Souza. — Como requer. A Contadoria, para os devidos fins.

N. 2062, de Ciriaca Caminha Vieira de Melo. — Verificado, embarque-se.

N. 441, dos Snapp. — Embarque-se.

N. 114, do Estabelecimento Regional de Subsistência. — Dada baixa no manifesto geral, entregue-se.

N. 596, do Lóide Brasileiro. — Reembargue-se.

N. 35, da Prefeitura Municipal do Capim. — Aos chefes de postos fiscais do litoral, para tomarem conhecimento.

Comunicação de Leonidas Cunha. — A 2a. Seção.

N. 522, do Departamento do Pessoal. — Restitua-se, mediante recibo.

N. 2067, de Leão Bahia & Cia. Ltda. — Verificado, embarque-se.

N. 2072, de C. R. El-Husny. — Verificado, embarque-se.

N. 2071, de C. R. El-Husny & Cia. — Verificado, embarque-se.

N. 315, do Ministério da Agricultura. — Embarque-se.

N. 176, do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes. — Dada baixa no manifesto geral, entregue-se.

N. 2069, de Jorge Age & Cia. — Ao funcionário Azael Amaral, para verificar e informar.

N. 2075, de Shota Kanzaki. — Verificado, embarque-se.

N. 2073, de Osmarino Cardoso da Rocha. — Lavre-se o termo. A 1a. Seção.

N. 2074, de A. Anaissi. — A 1a. Seção, para os devidos fins.

N. 2077, de Homer Lafayette Heggy. — Verificado, embarque-se.

N. 2070, de Jorge Age & Cia. — Ao funcionário Azael Amaral, para verificar e informar.

liba, para assistir e informar.

N. 2076, de Aluizio Lima. — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

Ns. 321 e 322, do Departamento Nacional de Endemias Rurais. — Dada baixa no manifesto geral, entregue-se.

N. 2080, de Sgundo Casemiro Oliveira. — Verificado, embarque-se.

Ns. 9 a 13, da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. — Embarque-se.

Ns. 440, 438, 345 e 436, da Inspetoria Regional em Belém. — Embarque-se.

N. 2031, da Importadora e Exportadora Ltda. — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

Em 8-5-57.

N. 2073, de Maramaldo Mendes da Silva. — Indeferido este requerimento por considerar desaconselhável a forma sugerida, isto é, o despacho nele exarado; para o fim de apresentação, todas as vezes que se fizesse necessário. Julgo ser melhor o processo da guia de embarque, com a declaração de isenção, pelo fim, a que se destina.

N. 443, dos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará. — Embarque-se.

Ns. 51 e 52, do Saps. — Dada baixa no manifesto geral, entregue-se.

N. 2093, de Soares de Carvalho Sabões e Óleos. — Ao posto fiscal de Icoaraci, para verificar e informar.

N. 2085, de Charles R. Sanguinsson. — Verificado, embarque-se.

Comunicação de Leonidas Cunha. — A 2a. Seção.

Ns. 1774, 1802, 1801 e 1857, de Soares de Carvalho Sabões e Óleos. — A 2a. Seção.

N. 2098, de Barros e Cordeiro, Comércio e Navegação. — Ao Chefe do Posto Fiscal do Porto do Sal, para providenciar e informar.

N. 2097, de Junzo Furuta. — Verificado, embarque-se.

N. 2092, da Companhia Industrial do Brasil. — Ao chefe do posto fiscal do Cais do Porto, para assistir e informar.

N. 2104, de Belém Representações Ltda. — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

N. 2106, do Rádio Clube do Pará, S. A. — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

N. 2099, de Jorge Age & Cia. — A 2a. Seção.

Comunicação de Benjamin Valetne do Couto.

Decreto de reintegração do funcionário Haroldo Pina. — A 2a. Seção, para as devidas anotações.

Sin., da Seção de Desenvolvimento Econômico. — Embarque-se.

N. 2037, de J. J. Martins & Cia. — Ao funcionário Osvaldo Cardias, para assistir e acompanhar a transferência em apre-

N. 1114, de Antonio Marques dos Santos. — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

N. 2116, da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu.

N. 2117, de Lundgren Teclidos S. A. — Ao Chefe do posto fiscal do Cais do Porto, para providenciar e informar.

N. 2119, de eGorges Thomé. — Verificado, embarque-se.

DEPARTAMENTO DE DESPESA TESOUREARIA

SALDO do dia 7-5-1957	4.336.315,30
Receita do dia 8-5-1957	1.190.384,50
Suprimento à Tesouraria	49.868,00
Recolhimentos e descontos	7.851,00
	1.248.103,50

SOMA 5.584.418,80

Pagamentos efetuados no dia 8-5-1957	673.067,00
SALDO para o dia 9-5-1957	4.911.351,80

DEMONSTRAÇÃO DO SALDO	
Em dinheiro.....	987.430,20
Em documentos.....	3.923.921,60
T O T A L	Cr\$ 4.911.351,80

Belém (Pará), 8 de maio de 1957. — VISTO: Expedito Almeida, Diretor do Dep. de Despesa. — (a) Eusébio Cardoso, Tesoureiro.

SALDO do dia 8-5-1957	1.033.227,30
Renda do dia 9-5-1957	5.000.000,00
Suprimento à Tesouraria	209.974,30
Recolhimentos e descontos	
S O M A	11.154.559,40

Pagamentos efetuados no dia 9-5-1957	6.720.672,30
SALDO para o dia 10-5-57	4.433.887,10

DEMONSTRAÇÃO DO SALDO	
Em dinheiro.....	169.911,30
Em documentos.....	4.263.975,80
T O T A L	Cr\$ 4.433.887,10

Belém (Pará), 9 de maio de 1957. — VISTO: Expedito Almeida, Diretor do Dep. de Despesa. — (a) Eusébio Cardoso, Tesoureiro.

ARRECADAÇÃO DO DIA 8 DE MAIO DE 1957	
Renda de hoje para o Tesouro.....	1.034.066,80
Renda de hoje Comprometida	1.939,10
Total de hoje	1.036.005,90
Total até ontem	6.437.978,40
Total até hoje	7.473.984,30
Total até 31/4/57	126.539.919,30
Total Geral	Cr\$ 134.013.903,60

Visto: L. Coelho, Diretor. Confere Neusa Carvalho, Contador.

ARRECADAÇÃO DO DIA 9 DE MAIO DE 1957	
Renda de hoje para o Tesouro.....	1.334.567,30
Renda de hoje Comprometida	59.944,40
Total de hoje	1.394.511,70
Total até ontem	7.473.984,30
Total até hoje	8.868.496,00
Total até 30/4/57	126.539.919,30
Total Geral	Cr\$ 135.408.415,30

Visto: L. Coelho, Diretor. Confere Neusa Carvalho, Contador.

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS, TERRAS E VIAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA N. 9 — DE 25 DE ABRIL DE 1957
Claudioiro Belém, de Nazaré, engenheiro agrônomo, Diretor Geral do Departamento de Colonização, tendo em vista a petição de Alfredo Ribeiro Barbosa, protocolada sob o número 600 de 23/4/57, usando de suas atribuições,
RESOLVE:
Designar Raimundo Rebelo Filho, para no Município de Casta-

nal, proceder verificação "in-loco" nos lotes agrícolas números 30, 32 e 42, situados à travessa do km. 21, do núcleo colonial Anita Garibaldi, devendo o designado receber o expediente a respeito e lhe assegurados as vantagens do art. 134, da Lei n. 749 de 24/12/53. De-se ciência, cumpra-se e publique-se.
Gabinete do Diretor Geral do Departamento de Colonização, em 25 de abril de 1957.
Claudioiro Belém de Nazaré
Diretor Geral do D.C.

EDITAIS

ADMINISTRATIVOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

Aforamento de Terras

O Sr. Engenheiro Alirio Cesar de Oliveira, Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que havendo a Sra. Maria Siqueira Alves, brasileira, solteira, residente nesta cidade, requerido por aforamento o terreno situado na quadra: 3 de Maio, 9 de Janeiro, Conceição, Caripunas, de onde dista 194,25 metros.

Dimensões:
Frente — 4,65 metros.
Fundos — 40,00 metros.
Área — 186,00 m².

Forma regular. Confina por ambos os lados com quem de direito. Terreno edificado sob o n. 832.
Convido os heréus confinantes ou os que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente

te, findo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E para que se não alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado afixando-se o original à porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, 22 de abril de 1957. — (a) Alirio Cesar de Oliveira, Secretário de Obras.
(T. — 18.006 — 26-4; 6 e 16-5-57)

Aforamento de Terras

O Snr. Dr. Eng. Luiz Gonzaga Baganha, respondendo pelo Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que havendo o Snr. Pedro da Costa Tenório, brasileiro, casado, residente na vila de Icoaracy, requerido, por aforamento o terreno situado na quadra: Dr. Barata, Siqueira Mendes, Berredo onde faz ângulo.

Dimensões:
Frente — 15,20 m.

Fundos — 64,90 m.

Área — 986,48 m².

Forma paralelogramica. Confina com a travessa dos Andradas e a esquerda com quem de direito. No terreno há um chalet coletado sob o n. 130.

Convido os heréus confinantes ou aos que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, findo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E para que não se alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original à porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, 7 de abril de 1957.

Luiz Gonzaga Baganha
Pelo Secretário de Obras
(T. — 18.136 — 11, 21 e 31/5/57)

Aforamento de terras

O Sr. Eng. Alirio Cesar de Oliveira, Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que havendo o Sr. Manoel Alves de Oliveira, brasileiro casado, residente nesta cidade, requerido por aforamento o terreno situado na quadra: é o lote n. 11-A, do loteamento da Cruzul, com frente para a referida Travessa.

Dimensões:

Frente — 6,00 m.

Fundos — 18,82 m.

Área — 106,33 m².

Forma regular. Terreno baldio.

Convido os heréus confinantes ou os que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, findo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E para que se não alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original à porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, 21 de janeiro de 1957. — (a) Alirio Cesar de Oliveira, Secretário de Obras.
(T. 17.851 — 23-4; 2 e 12-5-57)

Aforamento de terras

O Sr. Eng. Dr. Alirio Cesar de Oliveira, Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que havendo o Sr. Gatasse Elias Kaluma, sírio casado, residente nesta cidade, requerido por aforamento o terreno situado na quadra: Aristides Lobo, O' de Almeida, Assis de Vasconcelos e Piedade a 1,65 m.

Dimensões:

Frente — 7,65 m.

Fundos — 9,00 m.

Área — 68,85 m².

Forma regular.

Convido os heréus confinantes ou os que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, findo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E para que se não alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original à porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, 30 de abril de 1957. — (a) Alirio Cesar de Oliveira, Secretário de Obras.
(T. 17.979 — 3, 13 e 23-5-57)

Aforamento de terras

Sr. Eng. Hildegardo B. Fortunato, resp. pelo Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que havendo a Sra. Maria de Lourdes M. e Silva, brasileira, casada, residente nesta cidade, requerido por aforamento o terreno situado na quadra: Domingos Marreiros, Antonio Barreto, 3 de Maio e 14 de Abril de onde dista 99,60 m.

Dimensões:

Frente — 5,45 m.

Fundos — 40,00 m.

Área — 218,00 m².

Forma regular. Confina por ambos os lados com quem de direito. Terreno baldio, cercado.

Convido os heréus confinantes ou os que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, findo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E para que se não alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original à porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, 2 de maio de 1957. — (a) Hildegardo B. Fortunato, p/ Secretário de Obras.
(T. 17.926 — 3, 13 e 23-5-57)

Aforamento de terras

O Sr. Eng. Hildegardo B. Fortunato, resp. pelo Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que havendo o Sr. Lindolfo Monteiro de Barros, brasileiro, casado, residente nesta cidade, requerido por aforamento o terreno situado na quadra: Alferes Costa, Perabebui, Pedro Miranda, Marquês de Herval, a.... 112,00 m.

Dimensões:

Frente — 12,00 m.

Fundos — 32,00 m.

Área — 640,00 m².

Forma regular, baldio

Convido os heréus confinantes ou os que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, findo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E para que se não alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original à porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, 25 de abril de 1957. — (a) Hildegardo B. Fortunato, p/Secretário de Obras.
(T. 18.029 — 3, 13 e 23-5-57)

Chamada de funcionário

Na forma prevista pelo art. 205, da Lei n. 749, de 24/12/53, pelo presente edital, convido as funcionárias Reny Silva Costa, Professor, padrão E, lotada na Escola República do Uruguai e Raimunda Fernanda Azevedo, professor, padrão G, lotada na Escola Franklin Roosevelt, a assumirem, dentro do prazo de trinta (30) dias, o exercício de seus cargos, dos quais se acham afastadas por mais de trinta dias, consecutivos, sob pena de findo o referido prazo ou não sendo feita prova de existência de seus cargos, de acordo com o disposto no art. 36, da citada Lei.

Secretaria de Administração, força maior ou coação ilegal, serem demitidas por abandono de 17 de abril de 1957.

Pádua Costa

Secretário de Administração

(G — 17, 18, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30/4/57 — 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12/5/57)

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Pelo presente edital, fica notificada a Sra. Maria Pierre Alves da Cunha, ocupante do cargo de Atendente, classe A, do Quadro Único, lotada no Centro de Saúde n. 2, desta Secretaria de Estado de Saúde Pública, para, no prazo de trinta (30) dias, reassumir as funções de seu cargo, sob pena de findo o prazo e não tendo sido feita a prova de existência de força maior ou de coação ilegal ser proposta sua demissão, nos termos do art. 205, da Lei n. 749, de 24-12-1953, (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

Eu, Eunice dos Santos Guimarães, Chefe de Expediente desta Secretaria, lavrei o presente edital, extraindo do mesmo cópia autêntica, para ser publicada no Diário Oficial.

Secretaria de Estado de Saúde Pública, 5 de março de 1957. — (a.) Eunice Guimarães, Chefe de Expediente.

Visto: — Henry Kayath, Secretário de Saúde Pública. (G — 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30/4/57 — 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14/5/57)

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA EDITAL

Pelo presente edital notifico a normalista Lucimar Martins Lopes, ocupante efetiva do cargo de professor de 3ª. entrância, lotada no Grupo Escolar "Rui Barbosa" para, no prazo de trinta (30) dias, a contar desta data, assumir o exercício de seu cargo, sob pena de, não o fazendo, nem apresentando justificativa de força maior ou coação ilegal, ser demitida do cargo, nos termos do art. 205, combinado com o art. 186, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953 (Estatuto).

E para que não se alegue ignorância, mandou o Senhor Secretário de Educação e Cultura lavrar o presente edital, e extrair do mesmo uma cópia autêntica, para ser publicada no DIÁRIO OFICIAL.

Eu, Lucimar Cordeiro de Almeida, chefe de Expediente, em substituição, o escrevi e assino. Secretaria de Estado de Educação e Cultura, 8 de abril de 1957. Lucimar Cordeiro de Almeida, Chefe de Expediente. Visto: Em 8-4-57.

Dr. Cunha Coimbra, Secretário. (G. — 7, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 23, 24, 25, 26, 27 e 28-5; 1, 4 e 5-6-57.)

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Pelo presente edital, notifico a professora Alexandrina das Neves Rodrigues, com exercício nas escolas reunidas da vila de Boa Vista de Iririteua, município de Curuçá, para, no prazo de trinta (30) dias, a contar desta data, assumir o exercício de seu cargo, sob pena de, não o fazendo, nem apresentando justificativa de força maior ou coação ilegal, ser demitida do cargo, nos termos do art. 205, combinado com o art. 186, item III, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953 (Estatuto).

E para que não se alegue ignorância, lavrei o presente edital, de ordem do senhor Secretário de Educação e Cultura, extraindo do mesmo edital uma cópia autêntica para ser publicada no Diário Oficial.

Eu, Lucimar Cordeiro de Almeida, chefe de expediente, em substituição, o escrevi e assino. Secretaria de Estado de Educação e Cultura, 5 de Abril de 1957. — (a.) Lucimar Cordeiro

de Almeida, Chefe de Expediente.

Visto: — Cunha Coimbra, Secretário de Educação e Cultura.

(G — 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30/4/57 — 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14/5/57)

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Pelo presente edital, fica notificada D. Pedrina Lopes Monteiro, ocupante efetiva do cargo de Professora da Escola de 1ª. entrância, padrão A, do quadro único, lotada na Escola noturna da Cidade de Alenquer, para, no prazo de trinta (30) dias, a contar desta data, assumir o exercício de seu cargo sob pena de, não o fazendo nem apresentando justificativa de coação ou impedimento legal ser demitida por abandono de cargo, nos termos do artigo 205, combinado com o artigo 36, da lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953 (Estatuto).

E para que não se alegue ignorância, mandou o Sr. Secretário de Educação e Cultura lavrar o presente edital de notificação, e dele extrair uma cópia autêntica, para ser publicada no Diário Oficial.

Eu, Lucimar Cordeiro de Almeida, Chefe de Expediente desta Secretaria, em substituição, lavrei o presente e assino.

Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Pará, 1 de abril de 1957. — (a.) Lucimar Cordeiro de Almeida, Chefe de Expediente.

Visto: — Cunha Coimbra, Secretário de Educação e Cultura.

(G — 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30/4/57 — 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14/5/57)

ANÚNCIOS**BARROS E CORDEIRO, COMERCIO E NAVEGAÇÃO S/A**

Ata da Assembléia Geral Ordinária, realizada no dia 27 de Abril de 1957.

Aos vinte e sete dias do mês de Abril de mil novecentos e cinquenta e sete, em nossa sede social sita à Avenida Castilhos França 6/7, reuniu-se em Assembléia Geral Ordinária, mediante convocação prévia de acordo com os Estatutos, os acionistas para deliberarem sobre o Relatório da Diretoria, Balanço Geral e Demonstração da Conta de Lucros & Pêrdas, assim como as da Diretoria e Parecer do Conselho Fiscal. Havendo número legal, conforme o respectivo livro de Presenças, foi aberta a sessão pelo presidente snr. Manoel Joaquim Esteves Cordeiro, que foi aclamado presidente da Assembléia Geral, que a seguir convidou para secretariar a Mesa os acionistas Manoel José

Cordeiro de Barros e Druzo Germanico das Mercês. Foi constatado estarem presente dez (10) acionistas portadores de Sete mil trezentos e cinquenta (7.350) ações, representando mais de dois terços

do Capital social, tendo portanto número legal para o início dos trabalhos da presente reunião. O Snr. Presidente convidou o Diretor Manoel José Cordeiro de Barros, para proceder a leitura do Relatório da Diretoria e do Balanço Geral, encerrado em 31 de dezembro de 1956. A seguir o snr. Presidente concedeu a palavra ao acionista Edilson Moura Barroso, membro do Conselho Fiscal, a fim de efetuar a leitura do Parecer desse Conselho, sobre as Contas da Diretoria e do Balanço Geral. Declarou então o Snr. Presidente, estar em discussão

o Relatório, Balanço e Parecer do Conselho Fiscal, os quais submetidos à votação, foram aprovados por maioria de votos da Assembléia, deixando de votar, por serem parte interessados os Snrs. Diretores e Membros do Conselho Fiscal. Assim sendo, tendo em vista o montante do saldo disponível, a digna Assembléia resolveu aprovar a proposta da

Diretoria, fixando o dividendo de 12% (doze por cento). De acordo com os Estatutos, o acionista Edilson Moura Barroso, propõe o aumento de remuneração da Diretoria, tendo a Assembléia fixado os honorários para cada Diretor em Dez mil cruzeiros

..... (Cr\$ 10.000,00) sendo que o snr. Presidente, terá mais a importância de Dez mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00) a título de representação, e pediu que fosse conservada a mesma remuneração do Conselho Fiscal. Após a deliberação da Assembléia sobre estas partes o snr. Presidente passou à segunda parte a saber: Eleição dos novos membros do Conselho Fiscal, cujo o mandato terminará em 30 de Abril de 1958, tudo em forma da Lei que rege as sociedades anônimas e os Estatutos. Procedida a votação, verificou-se terem sido reeleitos por maioria de votos os snrs. José Fernandes Fonsêca, José Antonio de Almeida e Manoel Nunes — para suplentes Manoel Soares Câmara, Edilson Moura Barroso

e Virgílio Pinheiro de Barros, tendo o snr. Presidente proclamado esse resultado, que foi recebido pelos presentes com aplausos. Com a palavra, o snr. Presidente congratulou-se com os snrs. Diretores pelo desempenho invulgar nos setores de nossa atividade, esperando que continuem no mesmo propósito, a fim de elevar cada vez mais o nome de nossa sociedade. O diretor Manoel Luiz Cordeiro, agradeceu as considerações em nome dos Diretores. A seguir o snr. Presidente concedeu a palavra a quem dela desejasse fazer uso, e, como nenhum dos acionistas se manifestasse, deu por encerrada a sessão às 17,30 horas, agradecendo o comparecimento de todos e mandando que fosse lavrada a presente ata, que vai assinada pelos acionistas abaixo mencionados.

Belém, 27 de Abril de 1957.

(aa) Manoel Joaquim Esteves Cordeiro, Manoel Luiz Cordeiro, Manoel José Cordeiro de Barros, Manoel Câmara de Souza, José Esteves Cordeiro, Druzo Germanico das Mercês, Edilson Moura Barroso, Maria de Lourdes Cordeiro, Izabel Esteves Cordeiro, Virgílio Pinheiro de Barros.

Barros e Cordeiro, Comércio e Representações S/A.

(a.) Manoel Joaquim Esteves Cordeiro, Presidente. (Ext. Dia — 11/5/57)

PARAENSE, TRANSPORTES AÉREOS, S/.**Ata de Assembléia Geral Ordinária**

Aos trinta dias do mês de abril do ano de mil novecentos e cinquenta e sete, reunidos, em primeira convocação, às dez (10) horas, na sede social à rua treze (13) de Maio n. cem (100), acionistas da Paraense, Transportes Aéreos, S/A., que representavam mais de três (3) quartos do capital social, todo ele com direito de voto, como se verificou de suas assinaturas a folha n. cinco (5) do "Livro de Presença", com as declarações exigidas no artigo 92, do decreto lei n. 2.627, de 1940, o diretor presidente Antonio Alves Affonso Ramos Júnior convidou os senhores acionistas para, nos termos do art.

24 dos estatutos, escolherem o conta de lucros e perdas e pa-
acionista, que devia presidir a re-
Assembléa Geral Ordinária. Fin-
da a leitura, o presidente sub-
Por aclamação, foi indicado o meteu êsses documentos a
acionista Armando de Miran-
discussão, e, como ninguém
da Storni, que, para secretá-
quisesse usar da palavra, pos-
rios convidou os acionistas
tos em votação, verificou-se
Pedro José de Mendonça Go-
terem sido os mesmos aprova-
mes e Osman Batista Braga, dos por unanimidade, tendo se
respectivamente primeiro e absteio de votar os membros
segundo secretários. Constitui- da Diretoria e do Conselho
da, assim, a Mesa, o presiden- Fiscal. O presidente submeteu
te declarou instalada a As- a discussão e, após, a votação,
sembléa Geral Ordinária, a a proposta da Diretoria para
qual fôra regularmente con- a distribuição do terceiro di-
vocada por anúncios publica- videndo de quinze por cento
dos no "Diário Oficial" deste (15%), por ação, sobre o qual
Estado, números 18.465, 18.466 se manifestara favoravelmen-
e 18.467 de 23, 24 e 25 do cor- te o Conselho Fiscal. A propos-
rente mês de abril e no jornal ta foi, sem discussão, também,
"A Província do Pará" de 21, unânimemente aprovada. Em
23 e 24, também do corrente seguida, procedeu-se a eleição
mês de abril deste ano, anún- dos membros da Diretoria e
cio que é deste teor: Paraense, seus Suplentes e membros do
Transportes Aéreos, S/A. — Conselho Fiscal e seus Su-
Assembléa Geral Ordinária. plentes, tendo o presidente
Na conformidade do art. 24 suspenso a sessão por cinco
dos nossos Estatutos, convoca- (5) minutos para que os acio-
mos os senhores acionistas nistas organizassem as suas
para a reunião da Assembléa chapas. Reaberta a sessão e
Geral Ordinária a realizar-se procedido ao escrutínio, veri-
no próximo dia trinta (30) do ficou-se haverem sido eleitos
corrente mês, às dez (10) ho- para membros efetivos da Di-
ras, em nossa sede social à rua retoria para o triênio de mil
13 de Maio, 1957, com o fim de: novecentos e cinquenta e sete
a) tomar conhecimento do (1957) a mil novecentos e cin-
Balanço encerrado em 31 de quenta e nove (1959), Antonio
dezembro de 1956, do Relató- Alves Affonso Ramos Júnior,
rio da Diretoria sobre o movi- Diretor Presidente e Antonio
mento comercial desse exer- Alves Ramos Neto, Diretor
cício e do Parecer do Conselho Secretário, todos reeleitos e
Fiscal; b) eleição da Diretoria residentes no país; para Su-
e seus Suplentes nos termos plentes Armando de Miranda
do art. IX dos nossos Estatutos Storni e Rafael Fernandes de
; c) eleição do Conselho Oliveira Gomes, também ree-
Fiscal e seus Suplentes para leitos e como os membros ef-
o corrente exercício de acôrdo tivos residentes e domiciliados
com o art. 21 dos nossos Es- nesta capital; para membros
tatutos; d) o que ocorrer. do Conselho Fiscal, verificou-
Belém do Pará, 20 de abril de se haverem sido eleitos para
1957. Paraense, Transportes membros efetivos, para o
Aéreos, S/A. — (aa) Antonio exercício de mil novecentos e
Alves Affonso Ramos Júnior, cinquenta e sete, Francisco
Diretor Presidente; Antônio de Paulo Valente Pinheiro,
Alves Ramos Neto, Diretor Julio Garcia Camacho e Pio
Secretário. Disse ainda, o pre- de Menezes Veiga, todos ree-
sidente, que tinham sido fei- leitos e residentes no país; e
tos no "Diário Oficial, deste para Suplentes, João Duarte
Estado", números 18.461, de Souza, José Emilio Mar-
18.462 e 18.463, de 14, 15 e 16 tins e Onildo de Araújo Lira,
do corrente mês e ano e no também, todos reeleitos e co-
jornal "A Província do Pará" mo os membros efetivos resi-
de 13, 14 e 16, também do dotes e domiciliados nesta
corrente mês e ano, as publica- Capital. Com a palavra o Se-
ções ordenadas pelo art. 99 do nhor Armando de Miranda
decreto lei n. 2.627, de 1940, Storni, presidente desta As-
pelo que a Assembléa podia sembléa Geral Ordinária,
deliberar sobre a matéria. De propôs fossem os honorários
terminou-me, em seguida, o da Diretoria, nos termos do
que fiz como Secretário, a lei art. 20, elevados de vinte mil
tura do relatório, balanço,

quarenta mil cruzeiros
(Cr\$ 40.000,00) mensais, a ca-
da um dos diretores efetivos.
Usando da palavra o senhor
Antonio Alves Affonso Ramos
Júnior, Diretor Presidente,
declarou que, com referência
ao assunto proposto, solicitava
fôsse o mesmo resolvido na
sessão de Assembléa Geral
Extraordinária, a realizar-se
no próximo dia quatro (4) de
Maio deste ano, isto em vir-
tude de o Regulamento do
Imposto sobre a Renda, de-
creto 40.702, de 31 de dezem-
bro de 1956, parágrafo ter-
ceiro (3.º), do art. 5.º, não
poder exceder de vinte por
cento (20%) sobre o capital
social, os honorários anuais
da Diretoria, com que concor-
dou o proponente, ficando,
portanto, mantidos os mesmos
honorários de vinte mil cru-
zeiros (Cr\$ 20.000,00) mensais
a cada um dos Diretores ef-
etivos, assim como seriam
mantidos os mesmos honorá-
rios de trezentos cruzeiros ..
(Cr\$ 300,00) mensais, a cada
um dos membros efetivos do
Conselho Fiscal. Por proposta
do acionista Pedro José de
Mendonça Gomes, foi aprova-
do um voto de louvor à Dire-
toria, pela expansão que vem
dando aos negócios da Socie-
dade, não medindo esforços,
tendo adquirido nos Estados
Unidos da América do Norte,
dois (2) aviões "Curtis Co-
mand" C-46, motores, pertenc-
es e acessórios, com o apoio
da Presidência da República,
Governo do Estado e Superin-
tendência do Plano de Valori-
zação Econômica da Amazo-
nia, transação financiada por
esta última, assim como a
colaboração eficiente dos fun-
cionários da Sociedade. Nada
mais havendo a tratar e en-
cerrada a folha cinco (5) do
"Livro de Presença", com as
assinaturas do presidente, a
minha e a do segundo secre-
tário, a sessão foi suspensa
pelo tempo necessário à la-
vatura desta ata, no livro
próprio, por mim servindo de
primeiro secretário, e, reaper-
ta a sessão, foi a mesma lida
e aprovada e vai ser assinada
pelos acionistas presentes.
Belém do Pará, 30 de abril
de 1957.
(aa) Armando de Miranda
Storni, Pedro José de
Mendonça Gomes, Os-
man Batista Braga, An-

tonio Alves Affonso Ra-
mos Júnior, Antonio Al-
ves Ramos Neto.

(Ext. Dia 11/5/57)

L. FIGUEIREDO NAVEGAÇÃO
S/A.

Agência em Belém — Estado do
Pará

AVISO

Notificamos a quem interessar
possa, que pela firma Arthur San-
tos & Cia., nos foi comunicado o
extravio do conhecimento original
n.º 293, relativo ao embarque de
uma (1) caixa contendo peças
para automóveis, marca A.S. &
Cia., número 1, pesando 76 quilos,
efetuado no porto do Rio de Ja-
neiro — or Comércio e Importação
Ultrapar S/A., consignada a Ar-
thur Santos & Cia., pelo vapor
"São Joaquim", vgm. 51N, entra-
do neste porto em 2/12/56, tendo
operado para o Armazem n.º 6 dos
SNAPP.

De conformidade com o artigo
nono, parágrafo primeiro do De-
creto-lei n.º 19.473, de 10 de de-
zembro de 1930, modificado pelo
Decreto-lei n.º 19.754, de 18 de
março de 1931, avisamos aos in-
teressados que reclamem o que de
direito tiverem, dentro de cinco
dias, prazo findo o qual os S.N.A.
P.P. poderão fazer a entrega do
referido volume à firma Arthur
Santos & Cia..

Belém, Pará, 6 de maio de 1957,
do Pará.

Agência em Belém, Estado do
Pará — L. Figueiredo (Belém) S/A.
— Armazens Gerais — Depósitos
— Representações.

(a) Adelbert R. de Santana —
Diretor.

(T. — 18.074 — 10, 11 e 14/5/57)

ALTO TAPAJÓS S/A.
ASSEMBLÉIA GERAL

EXTRAORDINÁRIA
1.ª Convocação

Pelo presente convocamos
os Srs. Acionistas desta Em-
presa para a reunião de As-
sembléa Geral Extraordina-
ria, a realizar-se no dia 20 do
corrente, às 15,00 horas, na
sede social, à rua Gaspar Via-
na, ns. 16/18, a fim de delibe-
rarem sobre a venda dos bens
desta Empresa, situados no
Rio Tapajós, incluindo terras,
embarcações, benfeitorias, di-
reitos e tudo o mais quanto
se relacione com o movimento
de produção de borracha, exis-
tentes nas filiais São Luiz e
Barra, conforme proposta de
compra apresentada pelo Sr.
David de Arruda Câmara e
outros.

Belém, 9 de maio de 1957.

Robin Hollie McGlohn
Presidente

(Ext. — 10, 14 e 15/5/57)

ESCRITURA PÚBLICA

DE RECOMPOSIÇÃO DA SOCIEDADE QUE GIRA NESTA PRAÇA SOB A DENOMINAÇÃO "EXPORTADORA BOAVISTENSE LIMITADA", E SUA TRANSFORMAÇÃO EM SOCIEDADE ANÔNIMA SOB A DENOMINAÇÃO "EXPORTADORA BOAVISTENSE, SOCIEDADE ANÔNIMA (INDÚSTRIA E COMÉRCIO)" COMO A SEGUIR SE DECLARA:

Saibam quantis virem esta Escritura Pública que aos onze (11) dias do mês de abril de mil novecentos e cinquenta e sete (1957), da Era Cristã, nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, República dos Estados Unidos do Brasil, em meu cartório, na travessa Doutor Frutuoso Guimarães, número cento e nove (109), compareceram partes justas e contratadas, como outorgantes e reciprocamente outorgados:

1) — AFONSO CAVALCANTE DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, comerciante, residente à rua Coronel Guilherme Rocha, em Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, representado neste ato por seu bastante procurador JOAQUIM LOPES SEQUEIRA, brasileiro por naturalização, casado, comerciante, residente e domiciliado nesta cidade, morador na avenida São Jerônimo, número seiscentos e sessenta e um (661), conforme mandato de sete (7) de dezembro de mil novecentos e cinquenta e seis (1956), lavrada às folhas trinta e oito (38), do livro número cento e quarenta e oito (148)-A, das notas do tabelião Afrânio da Silveira Ponte, da cidade de Fortaleza, o qual é registrado no livro número setenta e seis (76), de Registros deste cartório, onde fica arquivado, indo o registro transcrito no traslado desta escritura; 2) — JOAQUIM LOPES SEQUEIRA, já acima mencionado e identificado; 3) — D. AUREA COIMBRA DE OLIVEIRA, brasileira, casada, comerciante, domiciliada nesta cidade, residente à rua Doutor Rodrigues dos Santos, número cinquenta (50), já autorizada a comerciar por seu marido Oswaldo Benvindo de Oliveira, consoante escritura pública de onze (11) de dezembro de mil novecentos e cinquenta e um (1951), lavrada às folhas cento e trinta e nove (139), do livro número trezentos e trinta e cinco (335), das notas deste cartório; 4) — LEONARDO ANDRÉ DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, industrial, domiciliado nesta cidade, residente à rua Bernal do Couto, número trezentos e setenta e sete (377); 5) — D. RUTH SEIXAS DE OLIVEIRA, brasileira, casada, comerciante, domiciliada nesta cidade, moradoras à rua Bernal do Couto, número trezentos e setenta e sete (377), já autorizada a comerciar por seu marido Leonardo André de Oliveira, mediante escritura pública de dez (10) de fevereiro de mil novecentos e cinquenta e três (1953), lavradas às folhas vinte e nove verso (29-v.), do livro número cento e quarenta e um (141), das notas do tabelião Doutor Armando de Queiroz Santos, desta cidade; 6) — Doutor DANIEL QUEIMA COELHO DE SOUZA, brasileiro, viúvo, advogado, domiciliado nesta cidade, residente na avenida São Jerônimo, número quarenta e dois (42); 7) — LUIS MEDEIROS LOBATO, brasileiro, casado, comerciante, domiciliado nesta cidade, residente à travessa Campos Sales, número trezentos e setenta e três (373); 8) — MOACIR RAIMUNDO ANDRÉ DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, militar, domiciliado nesta cidade, residente à rua Bernal do Couto, número trezentos e setenta e sete (377); 9) — ORVALINO MIGUEL BARATA, brasileiro, casado, comerciante, domiciliado nesta cidade, residente à rua Bernal do Couto, número trezentos e setenta e quatro (374); 10) — OSMARINO CARDOSO DA ROCHA, brasileiro, casado, despachante, domiciliado nesta cidade, residente à travessa Visconde de Souza Franco, número seiscentos e noventa e seis (696); 11) — D. ENEDINA MARQUES, brasileira, solteira, maior, domiciliada nesta cidade, residente à travessa D. Romualdo Coelho, número cento e trinta e três (133); 12) — DORIVAL MÔNICO BELÚCIO, brasileiro, casado, conta-

bilista, domiciliado nesta cidade, residente à Praça da República, número cento e cinquenta e nove (159); 13) — ANTÔNIO AGOSTINHO DA SILVA JUNIOR, brasileiro, casado, contabilista, domiciliado nesta cidade, residente à rua Dezesseis de Novembro, número duzentos e dez (210), sendo os dois últimos outorgantes e reciprocamente outorgados, representados por seu bastante procurador Doutor DANIEL QUEIMA COELHO DE SOUZA, brasileiro, viúvo, advogado, conforme procuração do dia oito (8) do corrente mês e ano, lavrada às folhas quatorze (14), do livro número duzentos e vinte e três (223), das notas deste meu cartório, a qual será transcrita no traslado desta escritura; as presentes, pessoas do meu conhecimento e do das testemunhas adiante nomeadas e no fim assinadas, do que dou fé. Então, perante as mesmas testemunhas, pelos outorgantes e reciprocamente outorgados acima mencionados, me foram feitas as seguintes declarações: QUE, por instrumento particular de doze (12) de novembro de mil novecentos e quarenta e seis (1946), arquivado na Junta Comercial deste Estado, por despacho de vinte e um (21) do mesmo mês e ano, sob o número de ordem quatrocentos e quarenta e dois (442), Leonardo André de Oliveira, Joaquim Lopes Sequeira, e Oswaldo Benvindo de Oliveira, todos brasileiros, casados, domiciliados e residentes nesta cidade, constituíram entre si uma sociedade mercantil para a exploração do comércio de compra e venda e exportação de produtos da Amazônia, especialmente madeiras em bruto e beneficiadas, com o capital de Cento e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 150.000,00), sendo Noventa e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 95.000,00) do sócio Joaquim Lopes Sequeira, Trinta e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 35.000,00) do sócio Leonardo André de Oliveira e Vinte mil cruzeiros (Cr\$ 20.000,00) do sócio Oswaldo Benvindo de Oliveira, sob a denominação "EXPORTADORA BOAVISTENSE LIMITADA". — QUE, por instrumento particular de oito (8) de janeiro de mil novecentos e quarenta e oito (1948), arquivado na Junta Comercial deste Estado, sob o número vinte e seis / novecentos e quarenta e oito (26/948), foi alterado o primitivo contrato social, para o efeito do capital social, de Cento e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 150.000,00) ser elevado para Trezentos mil cruzeiros (Cr\$ 300.000,00), dividido em três (3) quotas, sendo uma de Cento e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 150.000,00) do sócio Joaquim Lopes Sequeira, outra de Setenta e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 75.000,00) do sócio Leonardo André de Oliveira e outra, também de Setenta e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 75.000,00) do sócio Oswaldo Benvindo de Oliveira; QUE, por instrumento particular datado de vinte e oito (28) de julho de mil novecentos e cinquenta e dois (1952), arquivado na Junta Comercial deste Estado sob o número trezentos e cinquenta e dois / novecentos e cinquenta e dois (352 / 952), foi novamente alterado o dito contrato social, pela retirada do sócio Oswaldo Benvindo de Oliveira, embolsado de seus haveres na mesma, subsistindo a sociedade em relação aos dois (2) outros sócios, mantido o mesmo capital de Trezentos mil cruzeiros (Cr\$ 300.000,00), com a elevação da quota do sócio Leonardo André de Oliveira para Cento e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 150.000,00), mantida a mesma denominação social "EXPORTADORA BOAVISTENSE LIMITADA"; Finalmente, que, por instrumento particular de vinte (20) de julho de mil novecentos e cinquenta e três (1953), arquivado na Junta Comercial deste Estado sob o número trezentos e oito / novecentos e cinquenta e três (308 / 953), foi novamente alterado o contrato social, retirando-se da sociedade, embolsado dos seus haveres, o sócio Joaquim Lopes Sequeira, e a ela ingressando D. Ruth Seixas de Oliveira, esposa do sócio remanescente Leonardo André de Oliveira, que previamente a autorizara a comerciar, por escritura pública nas notas do tabelião Doutor Armando de Queiroz Santos, desta cidade, lavrada em dez (10) de fevereiro de mil novecentos e cinquenta e três (1953), mantido o capital social de Trezentos mil cruzeiros (Cr\$ 300.000,00),

dividido em duas quotas de igual valor, uma de cada sócio, e mantida a mesma denominação e o mesmo ramo de negócio. Declararam mais que, por bem da presente escritura e nos melhores termos de direito, fazem as seguintes alterações: PRIMEIRA — Neste ato e ocasião são admitidos como novos sócios os seguintes outorgantes e reciprocamente outorgados: 1 — Afonso Cavalcante de Oliveira, com um capital de Trezentos e dezessete mil cruzeiros (Cr\$ 317.000,00); 2 — Joaquim Lopes Sequeira, com um capital de Duzentos e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 250.000,00); 3 — Aurea Coimbra de Oliveira, com um capital de Cento e trinta e seis mil cruzeiros (Cr\$ 136.000,00); 4 — Doutor Daniel Queima Coelho de Souza, com um capital de Cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 50.000,00); 5 — Luís Medeiros Lobato, com um capital de Vinte e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 25.000,00); 6 — Moacir Raimundo André de Oliveira, com um capital de Vinte mil cruzeiros (Cr\$ 20.000,00); 7 — Orvalino Miguel Barata, com um capital de Dez mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00); 8 — Osmarino Cardoso da Rocha, com um capital de Dez mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00); 9 — Enedina Marques, com um capital de Dez mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00); 10 — Dorival Mônico Belúcio, com um capital de Dezesseis mil cruzeiros (Cr\$ 16.000,00); 11 — Antonio Agostinho da Silva Junior, com um capital de Seis mil cruzeiros (Cr\$ 6.000,00). SEGUNDA — O sócio Leonardo André de Oliveira, que vinha tendo na sociedade um capital de Cento e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 150.000,00), o reduz para Setenta e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 75.000,00) e a sócia Dona Ruth Seixas de Oliveira, que vinha tendo um capital de Cento e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 150.000,00), também reduz para Setenta e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 75.000,00). TERCEIRA — Em virtude da admissão dos onze (11) sócios acima mencionados e da redução dos capitais dos sócios Leonardo André de Oliveira e de Dona Ruth Seixas de Oliveira, o capital social é fixado em Hum milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00), dividido em mil (1.000) quotas do valor de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) cada uma e divididas entre os treze (13) sócios na proporção de seus respectivos capitais, todas integralizadas, as dos sócios Afonso Cavalcante de Oliveira, Joaquim Lopes Sequeira, Dorival Mônico Belúcio, Antonio Agostinho da Silva Junior, Leonardo André de Oliveira e Ruth Seixas de Oliveira, com os próprios haveres já existentes no estabelecimento da sociedade, consistentes em bens de raiz, construções, máquinas e acessórios, móveis e utensílios de serralha, materiais diversos em uso, madeiras e mercadorias, e as dos sócios Doutor Daniel Queima Coelho de Souza, Aurea Coimbra de Oliveira, Luís Medeiros Lobato, Moacir Raimundo André de Oliveira, Orvalino Miguel Barata, Osmarino Cardoso da Rocha e Enedina Marques, em dinheiro. QUARTA — Recomposta a sociedade por quotas sob a denominação "EXPORTADORA BOAVISTENSE LIMITADA", pela forma acima declarada, resolvem os seus sócios transformá-la, como de fato transformada fica, em uma sociedade anônima, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições e pelos ESTATUTOS adiante transcritos: (A) A sociedade adota a denominação "EXPORTADORA BOAVISTENSE, SOCIEDADE ANÔNIMA (INDÚSTRIA E COMÉRCIO)", com sede no lugar denominado "Moderna", onde está a serralha do mesmo nome, à margem do rio Acará, município do mesmo, neste Estado; (B) — O prazo de duração da sociedade será de Dez (10) anos, suscetível de prorrogação, retroagindo os efeitos desta escritura à data de trinta e um (31) de março do corrente ano de mil novecentos e cinquenta e sete (1957); (C) — O capital social é fixado em Hum milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00), totalmente integralizado, dividido em mil (1.000) ações nominativas, do valor de Hum mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) cada uma e assim distribuída entre os acionistas: 1 — Afonso Cavalcante de Oliveira — Trezentos e dezessete (317) ações; 2 — Joaquim Lopes Sequeira — Duzentas e cinquenta (250) ações; 3 — Aurea Coimbra de Oliveira — cento e trinta e seis (136) ações; 4 — Leonardo

André de Oliveira — Setenta e cinco (75) ações; 5 — Ruth Seixas de Oliveira — Setenta e cinco (75) ações; 6 — Doutor Daniel Queima Coelho de Souza — cinquenta (50) ações; 7 — Luís Medeiros Lobato — vinte e cinco (25) ações; 8 — Moacir Raimundo André de Oliveira — vinte (20) ações; 9 — Orvalino Miguel Barata — Dez (10) ações; 10 — Osmarino Cardoso da Rocha — Dez (10) ações; 11 — Enedina Marques — Dez (10) ações; 12 — Dorival Mônico Belúcio — Dezesseis (16) ações; 13 — Antônio Agostinho da Silva Junior — seis (6) ações; (D) — A nova sociedade sucede a primeira, sem qualquer solução de continuidade, assumindo daquela a responsabilidade ao ativo e passivo, segundo o balanço desta data, e, especialmente, dos seguintes compromissos da sucedida: a) — impostos atrasados; b) — contribuições de previdência social; c) débito particular do acionista Leonardo André de Oliveira, para com o senhor Plácido Ramos, no valor de Oitenta mil cruzeiros (Cr\$ 80.000,00); (E) — Fica entendido que qualquer débito da sucedida acaso não constante do balanço a que se refere a cláusula anterior serão debitados em conta particular aos sócios componentes da sociedade sucedida, Leonardo André de Oliveira e Ruth Seixas de Oliveira em parte iguais: (F) — A Sociedade se regerá pelos seguintes ESTATUTOS: — ARTIGO PRIMEIRO — A sociedade operará sob a denominação de EXPORTADORA BOAVISTENSE, SOCIEDADE ANÔNIMA (INDÚSTRIA E COMÉRCIO) e terá sede no lugar denominado "MODERNA", onde está a serralha do mesmo nome, à margem do rio Acará, no município do mesmo nome, neste Estado, mantendo em Belém um simples escritório, caracterizado para efeitos fiscais, como "escritório não classificado", que funcionará, provisoriamente, à rua Doutor Rodrigues dos Santos, número cinquenta (50). ARTIGO SEGUNDO (2.º) — O prazo de duração da sociedade será de dez (10) anos, suscetível de prorrogação. ARTIGO TERCEIRO (3.º) — O capital social será de Hum milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00), totalmente integralizado, dividido em mil (1.000) ações de Hum mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) cada uma, assim distribuídas: Afonso Cavalcante de Oliveira, Trezentos e dezessete (317) ações; Joaquim Lopes Sequeira, Duzentas e cinquenta (250) ações; Aurea Coimbra de Oliveira, Cento e trinta e seis (136) ações; Leonardo André de Oliveira, setenta e cinco (75) ações; Ruth Seixas de Oliveira, setenta e cinco (75) ações; Doutor Daniel Coelho de Souza, Cinquenta (50) ações; Moacir Raimundo André de Oliveira, vinte e cinco (25) ações; Orvalino Miguel Barata, dez (10) ações; Osmarino Cardoso da Rocha, Dez (10) ações; Enedina Marques, Dez (10) ações; Dorival Mônico Belúcio, Dezesseis (16) ações; e Antônio Agostinho da Silva Junior, Seis (6) ações. ARTIGO QUARTO (4.º) — A sociedade tem por fim a importação de mercadorias nacionais e estrangeiras; a exportação de madeiras, cereais e outros produtos regionais; a industrialização e o beneficiamento de madeiras e arroz; e representações nacionais ou estrangeiras. ARTIGO QUINTO (5.º) — A sociedade será administrada por uma diretoria, composta de dois (2) membros, eleitos por maioria de votos, pelos acionistas, por si ou por seus procuradores, os quais exercerão os cargos de presidente e gerente. O mandato da diretoria será de cinco (5) anos, sendo permitida a reeleição. ARTIGO SEXTO — (6.º) — Os vencimentos dos diretores serão fixados anualmente pela assembléia geral convocada para a aprovação das contas, ficando desde logo estipuladas em Dez mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00) os vencimentos do exercício de mil novecentos e cinquenta e sete (1957). ARTIGO SÉTIMO (7.º) — Os diretores, que poderão ser acionistas ou não, antes de entrar no exercício de suas funções, deverão fazer uma caução de cinquenta (50) ações da sociedade, ou do equivalente em dinheiro corrente do país, a qual caução somente será liberada com a terminação do mandato, após a aprovação de todas as contas da respectiva gestão. — ARTIGO OITAVO (8.º) — Em caso

de vaga na diretoria, o diretor em exercício, em sessão conjunta com o conselho fiscal escolherão um diretor provisório até que a assembléia geral, a qual deverá ser convocada para reunir-se no prazo de quinze (15) dias, designe o substituto efetivo, que completará apenas o mandato do diretor substituto. ARTIGO NONO (9.º) — Se a vaga que ocorrer for a de diretor presidente, o diretor gerente assumirá o exercício das funções daquele, sendo o seu substituto provisório escolhido na forma do disposto no artigo precedente. ARTIGO DÉCIMO (10.º) — É facultado aos diretores fazer-se representar por procuradores, em caso de férias, doença, viagem, ou de qualquer outro motivo que os prive, temporariamente, do exercício de suas funções. ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO (11.º) — Compete à diretoria: a) administrar e fiscalizar todos os negócios da sociedade, praticando, para isso, os atos necessários, inclusive transigir e resolver, amigavelmente, as questões em que a sociedade for parte, ou de qualquer modo interessada; b) — renunciar direitos; c) — contrair obrigações; d) — alienar bens, quando autorizada pela assembléia geral; e) — representar a sociedade em Juízo, ativa e passivamente; f) — fixar o número, a categoria, as funções e os vencimentos dos empregados; nomeá-los, suspendê-los e demiti-los, organizando um regimento interno que determine as atribuições de cada qual; g) — tomar conhecimento de todas as transações da sociedade, levando mensalmente ao conhecimento do conselho fiscal o resultado dos negócios sociais, demonstrados em balancete; h) — providenciar, anualmente, para o levantamento do balanço, o qual submeterá ao parecer do conselho fiscal, antes de levar à apreciação da assembléia geral; i) — propor à assembléia geral, ouvido o conselho fiscal, o dividendo a distribuir e o quantum das depreciações sobre o valor de construções, máquinas, acessórios, móveis e utensílios, dívidas ativas e mercadorias em estoque; j) — cumprir e fazer cumprir em todos os seus termos os presentes estatutos, as deliberações da assembléia geral e as disposições legais que regulam as sociedades anônimas; k) — exercer toda e qualquer atribuição que lhe fôr conferida pelos presentes estatutos e pela legislação em vigor. ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO (12.º) — Compete, privativamente, ao diretor-presidente: a) ser o órgão da diretoria e representar oficialmente a sociedade em todas as suas relações, em Juízo ou fora dele, podendo, para isso, constituir mandatários; b) — assinar a correspondência, os despachos de mercadorias e conhecimento de embarques; c) — assinar, com o diretor-gerente, os cheques bancários, recibos, duplicatas, promissórias, saques, letras de câmbio, endossos, instrumentos de contrato em que a sociedade for parte e quitações; d) — assinar, em nome da sociedade, os instrumentos, balancetes e balanços, destinados a publicidade; e) — apresentar, anualmente, à assembléia geral o relatório da gestão da diretoria; f) — presidir as sessões da diretoria e convocar a assembléia geral, nos termos dos estatutos. ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO — Compete ao diretor-gerente: a) — superintender os trabalhos internos da sociedade, inclusive todo o serviço de escritório; b) — assinar, com o presidente, os cheques bancários, recibos, duplicatas, promissórias, saques, letras de câmbio, endossos, instrumentos de contrato em que a sociedade for parte e as quitações; c) — ter em boa guarda todos os valores sociais; d) — dirigir o levantamento do balanço anual que será anexado ao relatório da diretoria; e) fornecer ao presidente dados para o seu relatório anual; f) ter a seu cargo o livro "Caixa" da sociedade; g) — desempenhar todas as atribuições que lhe competem pelos presentes estatutos, substituir o presidente nos seus impedimentos e assumir a presidência no caso de vaga, praticando, ademais, os atos necessários à plena gestão interna da sociedade. ARTIGO DÉCIMO QUARTO (14.º) — O conselho fiscal da sociedade será constituído de três (3) membros, acionistas ou não, indicados pelos acionistas que não fôrem candidatos a membros da diretoria, e eleitos por maioria de votos, na

forma destes estatutos, com mandato de um (1) ano. ARTIGO DÉCIMO QUINTO (15.º) — Para substituir os conselheiros fiscais em seus impedimentos serão eleitos três (3) suplentes, na mesma ocasião, cuja convocação, se necessária, será feita na ordem de votação. ARTIGO DÉCIMO SEXTO (16.º) — O conselho fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, para tomar conhecimento dos balancetes mensais da sociedade, e, extraordinariamente, sempre que necessário, ou quando convocado pelo diretor-presidente. ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO (17.º) — O Conselho fiscal somente poderá funcionar com a totalidade de seus membros, devendo, por esse motivo, quando haja qualquer impedimento, ser convocado o suplente, a quem compete fazer a substituição. ARTIGO DÉCIMO OITAVO (18.º) — Das reuniões do conselho fiscal lavrar-se-á termo, sendo, para isso, dentre os seus membros, um escolhido como relator. ARTIGO DÉCIMO NONO (19.º) — Os membros do conselho fiscal, em exercício, perceberão a gratificação mensal de duzentos cruzeiros (Cr\$ 200,00). ARTIGO VIGÉSIMO (20.º) — Compete ao conselho fiscal: a) — fiscalizar todos os negócios da sociedade, pedindo aos administradores os esclarecimentos necessários; b) — examinar, semestralmente, a escrituração da sociedade, documentos, contratos e demais operações feitas pelos administradores e verificar o estado da caixa e a sua exatidão, lavrando de tudo um parecer que será entregue aos diretores, os quais, por sua vez, o apresentarão à assembléia geral, na sua sessão anual; c) dar o seu parecer sobre o balanço da sociedade; d) exercer todos os atos de fiscalização que lhe competem por lei, inclusive convocar, extraordinariamente, a assembléia geral, quando o diretor-presidente se recusar a fazê-lo. ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO (21.º) — As assembléias gerais da sociedade serão ordinárias e extraordinárias. ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO (22.º) — Ordinariamente, reunir-se-á a assembléia geral até o dia trinta (30) de junho de cada ano, para a tomada de contas da administração, eleição dos seus corpos dirigentes, por terminação do mandato ou vaga; e, extraordinariamente, sempre que assim convocada, nos termos dos estatutos e das leis vigentes. ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO (23.º) — As assembléias gerais serão constituídas por acionistas, possuidores de ações de acordo com o "Livro de Registro" da sociedade, devendo a sua convocação ser feita pela imprensa, com a antecedência mínima de cinco (5) dias. ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO (24.º) — O "Livro de Registro" deverá ser encerrado pelo diretor-presidente, vinte e quatro horas antes da realização da assembléia. PARÁGRAFO ÚNICO. — Nos editais de convocação, se fará menção do assunto ou assuntos que serão submetidos à deliberação, não se podendo nela admitir discussão sobre assuntos estranhos à pauta. ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO (25.º) — Para que a assembléia possa validamente deliberar, é necessário que o número de acionistas presentes, represente, no mínimo, três quartos (3/4) partes do capital social. PARÁGRAFO PRIMEIRO — Se este número não fôr atingido na primeira (1.ª) convocação, far-se-á nova convocação pela imprensa, com o intervalo de cinco (5) dias e a declaração de que se trata de "segunda convocação", podendo, então, a assembléia deliberar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, metade e mais um do total das ações representativas do capital. PARÁGRAFO SEGUNDO. — Se, em segunda convocação, não fôr, ainda obtida a presença de acionistas que representem a metade e mais um do total das ações, far-se-á uma "terceira convocação", com novo intervalo de cinco (5) dias, podendo, então, a assembléia deliberar com qualquer número de acionistas presentes. ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO (26.º) — Os acionistas que deixarem de comparecer, ou fazer-se representar nas assembléias gerais, em terceira convocação, serão considerados de pleno acordo com o que fôr deliberado. ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO — Quando a assembléia geral tiver que deliberar sobre a alteração dos presentes estatutos, prorrogação do prazo

social ou a liquidação da sociedade, será necessário, para que possa deliberar, em primeira convocação, a presença de acionistas que representem a totalidade do capital social, devendo a sua convocação ser feita com a antecedência de trinta (30) dias. PARÁGRAFO ÚNICO. Se na primeira reunião não houver o comparecimento da totalidade dos acionistas, proceder-se-á como nas demais reuniões. ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO (28.º) — É obrigatório o comparecimento de todos os diretores e de todos os membros do conselho fiscal, nas reuniões da assembleia geral destinadas à tomada de contas da administração. ARTIGO VIGÉSIMO NONO (29.º) — Serão admitidos a votar na assembleia geral: a) e tutor pelo tutelado e o curador pelo curatelado; b) o marido pela mulher; c) o pai pelo filho menor; d) o sócio pela firma comercial de que faça parte; e) o gerente pela firma, desde que autorizado por escrito; f) o representante da sociedade anônima ou da corporação; g) o inventariante pela herança; h) o síndico pela massa falida e o liquidatário pela sociedade em liquidação. ARTIGO TRIGÉSIMO (30.º) Para todas as deliberações da assembleia geral, inclusive para a eleição dos corpos administrativos, será admitido o voto por procuração, contanto que o outorgado não seja membro da diretoria ou do conselho fiscal da sociedade. PARÁGRAFO PRIMEIRO. A procuração deverá conter poderes expressos para o ato. PARÁGRAFO SEGUNDO — As procurações deverão ser depositadas no escritório da sociedade até quarenta e oito (48) horas antes da reunião da assembleia geral. ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO (31.º) — Não podem votar na assembleia geral: a) os administradores, para aprovarem seus balancetes, contas e inventários; b) os membros do Conselho fiscal, para aprovarem os seus pareceres; c) os acionistas, quando se tratar de deliberação que lhes traga vantagem individual. ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO (32.º) — As deliberações da assembleia geral serão tomadas por ações, a cada uma correspondendo um voto. ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO (33.º) — A constituição de penhor ou de caução das ações não inibe o acionista de exercer os direitos que lhe são conferidos por estes estatutos. ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO (34.º) — Compete à assembleia geral: a) reformar os estatutos; b) aumentar o capital social; c) autorizar a venda ou penhor de bens da sociedade; d) tomar, anualmente, em reunião ordinária, contas da diretoria, em face do balanço, relatórios dos administradores e do parecer do conselho fiscal; e) destituir, por motivo de incapacidade, negligência, infração da lei ou destes estatutos, qualquer membro da diretoria e do conselho fiscal; f) fixar o dividendo a distribuir; g) deliberar sobre tudo quanto for a bem da marcha da sociedade e que não esteja previsto nestes estatutos. ARTIGO TRIGÉSIMO QUINTO (35.º) — A assembleia geral ordinária, que se realizará até o dia trinta (30) de junho de cada ano, deverá ser convocada pela imprensa, quinze (15) dias antes de sua realização. PARÁGRAFO ÚNICO. Pelo mesmo prazo e com igual divulgação pela imprensa deverão ser postos à disposição dos acionistas, no escritório da sociedade: a) cópia do balanço procedido a trinta e um (31) de março e demais documentos necessários; b) cópia da relação nominal de acionistas com o número das respectivas ações; c) cópia da lista de transações realizadas durante o ano. ARTIGO TRIGÉSIMO SEXTO (36.º) — Se, na assembleia geral ordinária, carecerem os acionistas de esclarecimento, poderá a reunião ser transferida e ordenadas as investigações reclamadas. PARÁGRAFO ÚNICO. Se a data da nova reunião ficar desde logo fixada, realizar-se-á a mesma independentemente de nova convocação; em caso contrário, será obedecido o que a respeito dispõem estes estatutos. ARTIGO TRIGÉSIMO SÉTIMO (37.º) — A assembleia geral reunir-se-á extraordinariamente: a) quando convocada pela diretoria; b) quando convocada pelo conselho fiscal; c) quando convocada por sete (7) acionistas, no mínimo, representando um quinto (1/5) do capital social, em requerimento diri-

gido ao diretor-presidente, o qual, se indeferido, permitirá a convocação direta pelos próprios acionistas. PARÁGRAFO ÚNICO. Em qualquer caso, a convocação deverá ser sempre motivada e a assembleia somente poderá tratar do assunto para a qual foi convocada. ARTIGO TRIGÉSIMO OITAVO (38.º) — A assembleia geral será presidida por um acionista, eleito por cinco (5) anos, podendo ser reeleito, o qual convidará, no ato da reunião, dois (2) acionistas presentes para servirem de secretários. PARÁGRAFO ÚNICO. Em caso de impedimento eventual do presidente eleito, a assembleia escolherá, entre os presentes, um acionista para presidir-la. ARTIGO TRIGÉSIMO NONO (39.º) — A aprovação do balanço e das contas, feitas sem reserva, importará a ratificação dos atos e operações correspondentes, salvo no caso de erro, dolo, simulação ou fraude, posteriormente verificados. ARTIGO QUADRAGÉSIMO (40.º) — Dos lucros líquidos, apurados em balanço, ao fim de cada ano, a sociedade deduzirá: a) cinco por cento (5%) para o fundo de reserva; b) dez por cento (10%) para o fundo de amortização das despesas de instalação; c) dez por cento (10%) para o fundo de depreciação de construções de madeira; d) dez por cento (10%) para gratificação à diretoria; e) sessenta e cinco por cento (65%) para distribuição pelos acionistas, como dividendos. PARÁGRAFO ÚNICO. Quando os sessenta e cinco por cento (65%) dos lucros não forem suficientes para a distribuição de um dividendo correspondente, no mínimo, a seis por cento (6%) sobre o capital, não será paga a gratificação da diretoria e o saldo ficará transferido para o exercício seguinte, para distribuição como dividendo. ARTIGO QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO (41.º) — Os dividendos não reclamados no prazo de dois (2) anos, contados da data da fixação de seu pagamento, reverterão em favor do fundo de reserva legal da sociedade. ARTIGO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO (42.º) — Ficam eleitos, por unanimidade: I) — Para o quinquênio de mil novecentos e cinquenta e sete (1957) a mil novecentos e sessenta e um (1961) — a) Assembleia Geral: Presidente — JOAQUIM LOPES SEQUEIRA; b) Diretoria: Diretor-Presidente — LEONARDO ANDRÉ DE OLIVEIRA; Diretor-gerente: AUREA COIMBRA DE OLIVEIRA. II) — Para o exercício de mil novecentos e cinquenta e sete (1957): a) Conselho Fiscal: Relator — Doutor DANIEL QUEIMA COELHO DE SOUZA. Membros: ANTONIO AGOSTINHO DA SILVA JUNIOR; COARACY JOSÉ DE SOUZA CRUZ, brasileiro, casado, Despachante Aduaneiro, residente à avenida Generalíssimo Deodoro, número cento e setenta (170). Suplentes: JOAQUIM REBELLO SEQUEIRA, OSMARINO CARDOSO DA ROCHA, e LUIS MEDEIROS LOBATO. E por estarem assim justos e contratados e se haverem mutuamente obrigado, mandaram lavrar a presente que outorgaram, pediram e aceitaram, e eu, tabelião, aceito, a bem de quem, ausente, de direito for. Bilhete de distribuição. O senhor tabelião Chermont, pode lavrar a escritura de recomposição da sociedade que gira nesta praça sob a denominação "Exportadora Boavistense Limitada", e sua transformação em uma sociedade anônima sob a denominação "Exportadora Boavistense, Sociedade Anônima, (Indústria e Comércio)", no valor de Hum milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00). Pará, onze (11) de abril de mil novecentos e cinquenta e sete (1957). A distribuidora, Inês Miranda. (Estava selado). IMPÓSTO DO SÊLO FEDERAL: — Paga o competente sêlo federal — Por Verba, no valor de seis mil quatrocentos e oitenta cruzeiros (Cr\$ 6.480,00), proporcional a Hum milhão e oitenta mil cruzeiros (Cr\$ 1.080.000,00), conforme a guia do teor seguinte: — Guia. Segunda (2.ª) via. Pagamento do imposto do sêlo federal proporcional — Por Verba. Vai a firma "Exportadora Boavistense Limitada", com sede nesta cidade, pagar, na Alfândega desta cidade, o imposto do sêlo federal — Por Verba, na importância de seis mil quatrocentos e oitenta cruzeiros (Cr\$ 6.480,00), proporcional a Hum milhão e oitenta mil cruzeiros (Cr\$ 1.080.000,00), para a la-

vratura de uma escritura pública de alteração de seu contrato, assim discriminado o dito sêlo: Setenta e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 75.000,00) para quanto o sócio Leonardo André de Oliveira reduz o seu capital, que era de cento e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 150.000,00), Setenta e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 75.000,00) para quanto a sócia Dona Ruth Seixas de Oliveira reduz o seu capital, que era de cento e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 150.000,00); Oitocentos e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 850.000,00), total dos capitais dos onze (11) sócios que vão ser admitidos na sociedade; e oitenta mil cruzeiros (Cr\$ 80.000,00), correspondente ao débito particular do sócio Leonardo André de Oliveira para com o senhor Plácido Ramos, cuja responsabilidade a sociedade assume. Belém, quatro (4) de abril de mil novecentos e cinquenta e sete (1957). O tabelião, Edgar Chermont. Alfândega de Belém. Foi pago na primeira via, pela verba número — o imposto do sêlo proporcional no valor de seis mil quatrocentos e oitenta cruzeiros (Cr\$ 6.480,00). Segunda (2.ª) secção, quatro (4) de abril de mil novecentos e cinquenta e sete (1957). M. Lobão — Encarregado do sêlo. Ministério da Fazenda. Divisão do Imposto de Renda. Delegacia Regional no Pará. Certidão número seiscentos e vinte e cinco / cinquenta e sete (625/57). Em cumprimento ao despacho do senhor delegado, exarado no processo número mil seiscentos e noventa e um (1.691), de dezoito (18) de março de mil novecentos e cinquenta e sete (1957), certifico que a firma Exportadora Boavistense, Limitada, para o fim especial de transformação em Sociedade Anônima, está quite com a Fazenda Federal, com referência ao Imposto de Renda, segundo informa o cadastro desta Delegacia. Esta certidão, entretanto, não libera a firma interessada de qualquer lançamento ou cobrança futura nos termos do Regulamento vigente do Imposto de Renda. E, para constar eu, Severino Lira Neiva, escrevente datilógrafo, da Divisão do Imposto de Renda, com exercício nesta Delegacia Regional, lavrei a presente certidão, aos vinte e nove (29) dias do mês de março de mil novecentos e cinquenta e sete (1957), a qual vai subscrita pelo senhor Guajarinno Maciel Braga, Delegado Regional do Imposto de Renda no Pará. Belém, vinte e nove (29) de março de mil novecentos e cinquenta e sete (1957). Guajarinno Maciel Braga. (Estava selado). E lida às partes, que a acharam conforme, assinam, com as testemunhas presentes, Maria da Glória Oliveira Nunes e Adyr Teixeira da Mota, brasileiros, maiores, pessoas do meu conhecimento e residentes nesta cidade, do que dou fé. Eu, José Maria Gonçalves Mousinho, escrevente juramentado, escrevi. E, eu, Edgar da Gama Chermont, tabelião, subscrevo e assino. O tabelião, Edgar da Gama Chermont. Belém, onze (11) de abril de mil novecentos e cinquenta e sete (1957). Por mim e p.p. JOAQUIM LOPES SEQUEIRA. AUREA COIMBRA DE OLIVEIRA. LEONARDO ANDRÉ DE OLIVEIRA. RUTH SEIXAS DE OLIVEIRA. Por mim e p.p. DANIEL QUEIMA COELHO DE SOUZA. LUIS MEDEIROS LOBATO. MOACYR RAYMUNDO ANDRÉ DE OLIVEIRA. ORVALINO MIGUEL BARATA. OSMARINO CARDOSO DA ROCHA. ENEDINA MARQUES. Ttestemunhas: Maria da Glória Oliveira Nunes. Adyr Teixeira da Mota. (Está colada e devidamente inutilizada, um estampilha federal, da taxa de Educação e Saúde, no valor nominal de um cruzeiro e cinquenta centavos (Cr\$ 1,50). Passo a transcrever as procurações mencionadas no preâmbulo desta escritura, cujos teóres são os seguintes: Livro número setenta e seis. Folhas trezentos e noventa e nove (399). Está impresso o Escudo da República dos Estados Unidos do Brasil. Estados Unidos do Brasil. Estado do Ceará. Comarca de Fortaleza. Livro número cento e quarenta e oito — A. Folhas trinta e oito (38). Cartório Ponte. Afrânio da Silveira Ponte — Notário. Rua Major Facundo, trezentos e noventa e sete (397). Telefone 1-32-30. Primeiro (1.º) traslado de procuração bastante que faz Afonso Cavalcante de Oliveira. Saibam os que o presente

instrumento de procuração bastante virem que aos sete (7) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e cinquenta e seis (1956) da Era Cristã, nesta cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, República dos Estados Unidos do Brasil, compareceu, como outorgante, em meu cartório, Afonso Cavalcante de Oliveira, brasileiro, casado, comerciante, estabelecido nesta cidade reconhecido como o próprio pelas testemunhas abaixo nomeadas e assinadas, de cuja identidade e capacidade jurídica, dou fé. Então, perante as mesmas testemunhas, disse o outorgante que nomeava e constituía seu bastante procurador Joaquim Lopes Sequeira, português, comerciante, casado, residente em Belém, Estado do Pará, com poderes para representar o outorgante na transformação da Exportadora Boavistense Limitada, em Sociedade Anônima, podendo subscrever o número de ações correspondente ao crédito existente em conta corrente, com referida firma, passar recibo, dar quitação e tudo mais praticar para o fiel cumprimento do mandato e subestabelecer. De como assim o disse do que dou fé, lavrei este instrumento, que, lido, e achado conforme, aceita assinando com as testemunhas a tudo presentes, ambas maiores, sui juris, residentes nesta cidade, as quais ouviram a sua leitura Jairo Serra e Neves e José Romildo Viana. Eu, Juaci Juacaba, escrevente, a escrevi. E eu, Afrânio da Silveira Ponte, tabelião, a subscrevi. Fortaleza, sete (7) de dezembro de mil novecentos e cinquenta e seis (1956). — (aa) Afonso Cavalcante de Oliveira. Testemunhas: Jairo Serra e Neves. José Romildo Viana. (Selado o original legalmente). Está conforme. Dou fé. Data supra. Eu, Afrânio da Silveira Ponte, tabelião, a subscrevo. Em testemunho (sinal público) da verdade. Afrânio da Silveira Ponte. (Estão coladas estampilhas federais, no valor de quatro cruzeiros e cinquenta centavos (Cr\$ 4,50) e mais uma do Estado do Ceará, no valor nominal de cinco cruzeiros (Cr\$ 5,00), inutilizadas com o carimbo de dizeres seguintes: — Cartório Ponte. Afrânio da Silveira Ponte — Substituto. Fortaleza — Ceará. Desta — cinquenta cruzeiros (Cr\$ 50,00). Sêlos — nove cruzeiros (Cr\$ 9,00) — Diligência Busca T. P. cinco cruzeiros (Cr\$ 5,00). Total — sessenta e quatro cruzeiros (Cr\$ 64,00). (Rubrica ilegível). Reconhecimento. Reconheço verdadeira a firma e sinal público infra de Afrânio da Silveira Ponte, tabelião do Ceará. Belém, quinze (15) de abril de mil novecentos e cinquenta e sete (1957). Em testemunho (sinal público) da verdade. Edgar da Gama Chermont. Tabelião. (Estão coladas estampilhas federais, no valor de dois cruzeiros e cinquenta centavos e mais uma estampilha do Estado do Pará, no valor de cinquenta centavos (Cr\$ 0,50), inutilizadas com o carimbo de dizeres seguintes: Edgar da Gama Chermont — Notário Público. Belém — Pará — Brasil. Livro número duzentos e vinte e três (223). Folhas quatorze (14). Procuração. Procuração que faz Dorival Mônico Belúcio e outro. Saibam quantos este público instrumento de procuração bastante virem, que no Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos e cinquenta e sete (1957), aos oito (8) dias do mês de abril nesta cidade de Belém, Estado do Pará, em o meu cartório, à travessa Doutor Frutuoso Guimarães, número cento e nove (109), compareceram como outorgantes, os senhores, Dorival Mônico Belúcio, brasileiro, casado, contabilista e Antonio Agostinho da Silva Junior, brasileiro, casado, contabilista, ambos domiciliados e residentes nesta cidade; — reconhecido pelo próprio das testemunhas abaixo nomeadas, do que dou fé, perante as quais por ele foi dito: que por este público instrumento nomeiam e constituem seus bastantes procuradores ao Doutor Daniel Queima Coelho de Souza, brasileiro, viúvo, advogado, domiciliado e residente nesta cidade, a quem conferem plenos poderes, especialmente: a) para representá-los em uma escritura pública de recomposição da sociedade que gira nesta praça sob a denominação Exportadora Boavistense Limitada, na qual os outorgantes vão ser admitidos como sócios, po-

dendo o mandatário acordar o valor e número de quotas dos mandantes, bem como quaisquer cláusulas contratuais; b) representar na mesma escritura, os outorgantes na transformação da referida sociedade Exportadora Boavistense Limitada, em uma sociedade anônima, na qual os mandantes terão tantas ações quantas quotas possuem na sociedade transformada; podendo concordar com quaisquer cláusulas contratuais e irrestritamente com os Estatutos da sociedade anônima, eleger o corpo dirigente para o primeiro exercício; podendo mais o mandatário praticar todos os atos necessários que forem para a completa legalização e validade das aludidas recomposição e transformação com a faculdade de substabelecer os poderes nesta conferidos; concede todos os seus poderes em direito permitidos, para que, em nome do Outorgante, como se presente fôsse possa em Juízo ou fora dêle, requerer, alegar, defender todo seu direito e justiça, em quaisquer causas ou demandas, cíveis e crimes, movidas ou por mover, em que êle outorgante fôr autor ou réu, em um e outro fôro, fazendo citar, oferecer ações, libelos, exceções, embargos, suspeições e outros quaisquer artigos; contrariar, produzir, inquirir e reperguntar testemunhas; dar de suspeito a quem o fôr; jurar decisória e supletoriamente, na alma dêle outorgante fazer dar tais juramentos, a quem convier; assistir aos termos de inventários e partilhas, com as citações para elas, assinar autos e requerimentos, protestos, contra-protestos e termos, ainda os de confissão, negação, louvação e desistência; apelar, agravar ou embargar de qualquer sentença ou despacho, e seguir êstes recursos até maior alçada; fazer extrair sentenças; requerer a execução delas, sequestros; assistir atos de conciliação para os quais lhe concede poderes ilimitados; pedir precatórias, tomar posse, vir com embargos de terceiro senhor e possuidor; juntar documentos e torná-los a receber; variar de ações e intentar outras de novo; podendo substabelecer em um ou mais procuradores e os substabelecidos em outros, ficando-lhes os mesmos poderes em seu vigor, e revogá-los, querendo, seguindo suas cartas de ordem ou avisos particulares que, sendo preciso, serão considerados como partes desta; e todo qupanto assim for feito pelo seu dito procurador ou substabelecido, promete haver por valioso e firme e por sua pessoa reserva tôda nova citação. Assim o disse do que dou fé e me pediram êste instrumento, que lhe li, aceitaram e assinam com as testemunhas presentes, moradores nesta cidade, pessoas do meu conhecimento, do que dou fé. Eu, Maria da Glória Oliveira Nunes, escrevente juramentada, o escrevi. E eu, Edgar da Gama Chermont, tabelião, subscrevo e assino. O Tabelião, Edgar da Gama Chermont. Belém, 8 de abril de 1957. Dorival Mônico Belúcio. Antonio Agostinho da Silva Junior. Testemunhas: José Maria Gonçalves Mousinho e Adyr Teixeira da Mota. (Estão coladas e devidamente inutilizadas estampilhas federais, no valor total de Cr\$ 7,50, inclusive a taxa de Educação e Saúde). Era o que se continha em as referidas: Escritura e procurações, que bem e fielmente fiz trasladar dos aludidos livros, aos quais me reporto na mesma data, ao princípio declarada, para fins de direito. Eu, Edgar da Gama Chermont, Tabelião, subscrevo e assino em público e raso.

Em test. da verdade.

Belém, 11 de abril de 1957. — (a) Edgar da Gama Chermont.

Cr\$ 1.080,00 — Pagou os Emolumentos na 1.^a via na importância de hum mil e oitenta cruzeiros.

Recebedoria, 29 de abril de 1957. — (a) Negível.

JUNTA COMERCIAL DO PARÁ

Esta transformação em 4 vias foi apresentada no dia 29 de abril de 1957, e mandada arquivar por despacho do Diretor, na mesma data, contendo quinze fôlhas de números 807/883-A — que vão por mim rubricadas com o apelido de Gama Azevedo de que faço uso. Tomando na ordem de arquivamento o número 276/957, a parte pagou o competente selo na importância de Cr\$ 101,50, em estampilhas federais devidamente inutilizadas na 1.^a Via. E, para constar eu, João Maria da Gama Azevedo, Primeiro-Oficial, fiz a presente nota.

Secretaria da Junta Comercial do Pará, em Belém, 13 de maio de 1957. — Pelo Diretor, João Maria da Gama Azevedo, pelo oficial resp. pelo Expediente.

(T. 18.133 — 10/5/57)

ALTO TAPAJÓS S/A.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA

1.^a Convocação

De acôrdo com o art. 87, letra B, do Decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940, convocamos os senhores acionistas desta Empresa para a reunião de Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em nossa Sede Social, à rua Gaspar Viana, ns. 16/18, no próxi-

mo dia 20 do corrente mês, às 14,00 horas, a fim de deliberarem sobre: a) aprovação do relatório da Diretoria e suas contas e Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício de 1956; b) eleição para cargo na Diretoria; e c) eleição do Conselho Fiscal.

Belém, 9 de maio de 1957.

Robin Hollie McGlohn
Presidente

(Ext. — 10, 14 e 15/5/57)

DIÁRIO DA JUSTIÇA

(Conclusão)

Ela é também solteira, natural do Pará, Val-de-Cans, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Trav. D. Pedro, 1, filha de Marcelo Mendes da Silva e de dona Maria Golobovante da Silva.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denunci-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 3 de maio de mil novecentos e cinquenta e sete.

E eu, Regina Coeli Nunes Tavares, Oficial de casamentos nesta Capital, assino.

(a.) Regina Coeli Nunes Tavares.

(T. 17.999 — 4 e 11/5/57)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Abelardo da Cruz Barbosa e a senhorinha Maria Duarte Ferreira.

Ele diz ser solteiro, natural do

Pará, Belém, marceneiro, domiciliado nesta cidade e residente à Trav. Humaitá, 415, filho de Deoclécio Barbosa e Juventina da Cruz Barbosa.

Ela é também solteira, natural do Pará, Vigia, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Vila Leopoldina, 12, filha de Aureliano Cristino Ferreira e de dona Jeronima Duarte Ferreira.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denunci-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 3 de maio de mil novecentos e cinquenta e sete.

E eu, Regina Coeli Nunes Tavares, Oficial de casamentos nesta Capital, assino.

(a.) Regina Coeli Nunes Tavares.

(T. 18.000 — 4 e 11/5/57)



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Diário da Justiça

DO ESTADO DO PARÁ

ANO XXI

BELÉM — SABADO, 11 DE MAIO DE 1957

NUM. 4.906

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE GURUPÁ

Citação com o prazo de seis
mês

O Doutor Manoel de Christo Alves Filho, Juiz de Direito da Comarca de Gurupá, Estado do Pará etc.

Faz saber aos que o presente Edital, com o prazo de cento e oitenta dias virem ou dele, noticiarem que, estando a se proceder por este Juízo e Cartório do Escrivão do Único Ofício, que este subscreve, a arrecadação dos bens deixados pela finada Maria Pacheco Escoré, e tendo sido arrecadados os bens a ela pertencentes, pelo presente edito e chamo a todos os herdeiros e interessados na sucessão da referida finada, para, no prazo de cento e oitenta dias, a contar-se da primeira publicação deste Edital, habilitarem-se no respectivo processo, sob pena de, não o fazendo no dito prazo não mais serem atendidos no feito.

E, para que chegue ao conhecimento de quem interessar possa, mando passar o presente, cujo original será afixado no lugar do costume, na forma da Lei.

Dado e passado nesta cidade de Gurupá aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro do ano de mil novecentos e cinquenta e sete. Eu, Francisco Barbosa Lobato, Escrivão que datilografei subscrevo.

(a.) Manoel de Christo Alves Filho, Juiz de Direito.
(G — 13'3; 13'5; e 13'7[957])

PROTESTO DE LETRAS

Faço saber por este edital a Companhia Tecidos Pitanguense — Pitangui, M. Gerais, que foi apresentada em meu cartório à trav. Campos Sales, 90 — 1.º andar da parte do Banco do Brasil S. A., para apontamento e protesto por falta de aceite e pagamento a duplicata de conta mercantil, n. 9.949 no valor de trinta e um mil e vinte e seis cruzeiros (Cr\$ 31.026,00), por Vv. Ss., endossada, a favor do Banco apresentante e os intimo e notifico ou a quem legalmente os representem para pagar ou dar a razão porque não pagam a dita duplicata de conta mercantil, ficando Vv. Ss., cientes desde já, de que o protesto respectivo será lavrado e assinado dentro do prazo legal.

Belém, 9 de Maio, de 1957.
Aliete do Vale Veiga
Oficial do Protesto de Letras

(T — 18.137 — 11[5]57)

EDITAIS JUDICIAIS

PROCLAMAS

Faço saber que se pretendem casar o Snr. Constantino Pedro de Alcantara e dona Maria Alba Pinto Sá.

Ele é viúvo, natural do Pará, marceneiro, domiciliado nesta cidade e residente à rua Municipalidade, 1.092, filho de Constantino Theófilo de Alcantara e de dona Andreza Gama do Nascimento.

Ela é solteira, natural do Pará, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à rua Bailique, 35, filha de Antonino Antonio Sá e de dona Maria Raimunda de Jesus Pinto Sá.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma, pelo que, se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 10 de Maio de 1957.

E eu, Regina Coeli Nunes Tavares, Oficial de casamentos nesta Capital, assino. — Regina Coeli Nunes Tavares.

(T — 18.138 — 11 e 18[5]57)

Faço saber que se pretendem casar o Snr. Oswaldino da Costa Aragão e a senhorinha Maria de Lourdes de Oliveira Souza.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, funcionário autárquico, domiciliado nesta cidade e residente à trav. Humaitá, 412, filho de João da Costa Aragão e de dona Adalgiza da Cunha Aragão.

Ela é também solteira, natural do Pará, Belém, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à av. 25 de Setembro, 104, filha de Alvaro da Costa Souza e de dona Leonor de Oliveira Souza.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma, pelo que, se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 10 de Maio de 1957.

E eu, Regina Coeli Nunes Tavares, Oficial de casamentos nesta Capital, assino. — Regina Coeli Nunes Tavares.

(T — 18.139 — 11 e 18[5]57)

Faço saber que se pretendem casar o Snr. Raymundo Ferreira Borges e a senhorinha Raimunda Flores de Souza.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Belém, electricista, domiciliado nesta cidade e residente à rua Bernal do Couto, 451, filho de dona Maria José Ferreira Borges.

Ela é também solteira, natural do Pará, Belém, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Passagem União, 99, filha de Pedro Nolasco de Souza e de dona Irene Flores de Souza.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma, pelo que, se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 10 de Maio de 1957.

E eu, Regina Coeli Nunes Tavares, Oficial de casamentos nesta Capital, assino. — Regina Coeli Nunes Tavares.

(T — 18.140 — 11 e 18[5]57)

Faço saber que se pretendem casar o Snr. Alcides Peganha da Silva e a senhorinha Oswaldina Santos da Cruz.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Belém, mecânico, domiciliado nesta cidade e residente à rua Oliveira Belo, 51, filho de Nicomedes Silva e de dona Alvenira Peganha da Silva.

Ela é também solteira, natural do Pará, Belém, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à trav. da Estrela, 576, filha de Sebastião Cruz e de dona Francisca Santos da Cruz.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma, pelo que, se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 10 de Maio de 1957.

E eu, Regina Coeli Nunes Tavares, Oficial de casamentos nesta Capital, assino. — Regina Coeli Nunes Tavares.

(T — 18.141 — 11 e 18[5]57)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Rubens Azulai e a senhorinha Maria Celia Cordeiro Serra.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Belém, motorista, domici-

liado nesta cidade e residente à Rua São Miguel, 707, filho de Isac Azulai e de Dona Maria José Azulai.

Ela é também solteira, natural do Pará, Belém, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Av. Padre Eutiquio, 809, filha de Lourival Ferreira Serra e de dona Dulcinéa Maria Serra.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 3 de maio de mil novecentos e cinquenta e sete.

E eu, Regina Coeli Nunes Tavares, Oficial de casamentos nesta Capital, assino.

(a.) Regina Coeli Nunes Tavares.

(T. 17.998 — 4 e 11[5]57)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. José Martin Celso e a senhorinha Maria de Nazaré Macedo Lemos.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Belém, contínuo, domiciliado nesta cidade e residente à Trav. Quintino Bocaiuva, 621, filho de dona Unoe Martin Celso.

Ela é também solteira, natural do Pará, Belém, datilografa, domiciliada nesta cidade e residente à Trav. Benjamin Constant, 353, filha de Tompson Lemos e de dona Ana Macedo Lemos.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 3 de maio de mil novecentos e cinquenta e sete.

E eu, Regina Coeli Nunes Tavares, Oficial de casamentos nesta Capital, assino.

(a.) Regina Coeli Nunes Tavares.

(T. 17.997 — 4 e 11[5]57)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Alvaro de Jesus Franco e a senhorinha Waldomira G. lobovante da Silva.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Belém, industrial, domiciliado nesta cidade e residente à Rua Diogo Moia, 442, filho de Manoel de Jesus Franco e de dona Raimunda Barbosa Franco.

(Cont. na página 1)

DIÁRIO DA JUSTIÇA



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Diário da Assembléia

DO ESTADO DO PARÁ

ANO III

BELEM — SÁBADO, 11 DE MAIO DE 1957

NUM. 720

ACÓRDÃO N. 1.730
(Processo n. 2.628)

Requerente — Irmã Marcina Soares da Costa, Diretora do Dispensário São Vicente de Paulo.

Relator — Ministro Lindolfo Marques de Mesquita.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que a Irmã Marcina Soares da Costa, Diretora do Dispensário São Vicente de Paulo, com sede nesta cidade, à Avenida Senador Leões n. 403, apresentou a esta Corte, através da Secretaria de Estado de Finanças, nos termos da Constituição Paranaense e da Lei n. 603, de 20 de maio de 1953, para o devido julgamento, a prestação de contas do auxílio que recebeu do Governo do Estado, no valor de trinta mil cruzeiros (Cr\$ 30.000,00), em mil novecentos e cinquenta e cinco (1955) com fundamento na Lei n. 914, de dezembro de 1954, que orgou a Receita e fixou a Despesa para aquele exercício financeiro, verba Secretaria de Estado do Interior e Justiça, rubrica Fundo Estadual do Serviço Social, Tabela n. 38, Despesas Diversas, tendo sido feita a remessa do expediente com o ofício n. 275/56, de 20/4/56, entregue a 28, quando foi protocolado às fls. 261 do Livro n. 1, sob o numero de ordem 390.

Acórdam os juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, aprovar, como aprovada fica a prestação de contas feita pela Diretoria do Dispensário São Vicente de Paulo, relativamente ao mencionado auxílio, e expedir a sua responsavel, Irmã Marcina Soares da Costa, por intermédio da Presidência do Tribunal, o competente Alvará de Quitação, somente em relação à importância de Cr\$ 29.495,00, devendo o saldo de Cr\$ 505,00 ser levado à conta do exercício seguinte.

Belém, 12 de abril de 1957.

(aa) Adolpho Burgos Xavier, ministro presidente — Lindolfo Marques de Mesquita, relator — Elmiro Gonçalves Nogueira. Foi presente, Lourenço do Valle Paiva.

Voto do sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita, relator — "Contém o presente processo a prestação de contas do Dispensário São Vicente de Paulo, referente à quantia de Cr\$ 30.000,00 que, como auxílio ao Governo, recebeu no exercício de 1955.

Como comprovante das despesas efetuadas por conta do aludido auxílio, apresentou a irmã diretora daquele estabelecimento em recibo passado pela Mercaria e Padaria "A Circular", de sacos de feijão,

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

arroz, açúcar, fubá, farinha e papel para embrulhar, perfazendo o total de Cr\$ 30.000,00. Verificado pela seção competente desta Corte de Contas haver engano na soma dos preços das mercadorias, isto é, uma diferença para menos, no valor de Cr\$ 505,00, o dr. Auditor encarregado da instrução do processo solicitou esclarecimentos. Em resposta surgiu novo recibo da firma em apreço, no qual foi incluído a compra de sacos de papel, na importância exata da diferença verificada, que, dessa forma, desapareceu, completando a importância total de Cr\$ 30.000,00. Na verdade, o que se depreende é que houve uma espécie de conta de chegar com a inclusão, à ultima hora, dessa aquisição de sacos de papel. Assim é que, posteriormente, novamente solicitada a falar a responsável preferiu assumir o compromisso de dar conta do aludido saldo na prestação de contas de 1956.

Isto exposto, resta-nos apenas aprovar a prestação de contas, na importância de Cr\$ 29.495,00. E como se trata de auxílio à instituição particular, aceitamos fique o saldo de Cr\$ 505,00 em poder da mesma, mas sob a obrigação de ser levado à prestação de contas do exercício subsequente.

Voto do sr. Ministro Elmiro Gonçalves Nogueira — A vista do que afirmou, em plenário, o sr. ministro relator, acompanho-nos suas conclusões.

Voto do sr. Ministro Presidente — "De acordo com o ministro relator".

Adolpho Burgos Xavier
Ministro Presidente
Lindolfo Marques de Mesquita
Relator
Elmiro Gonçalves Nogueira
Foi presente, Lourenço do Valle Paiva

RESOLUÇÃO N. 1.187

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão do dia 7 de maio de 1957.

Considerando a dúvida existente nos autos do Processo n. 3.372, referente à prestação de contas do auxílio de Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros), apresentada pela Imperial Sociedade Beneficente "Artística Paranaense", se o auxílio recebido pertence ao exercício de 1955 ou ao de 1956;

RESOLVE:

1. Baixar os autos em diligência, para que a Auditoria esclareça se o auxílio se refere a 1955, se foi feito

o pagamento à conta da rubrica "Restos a Pagar", com fundamento na lei orçamentária de 1955, ou se é auxílio de 1956, com fundamento na lei orçamentária de 1956.

O exmo. sr. Ministro Lindolfo

Marques de Mesquita não participou do julgamento por haver se considerado impedido.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 7 de maio de 1957.

Adolpho Burgos Xavier
Ministro Presidente
Augusto Belchior de Araujo
Elmiro Gonçalves Nogueira

DIÁRIO DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELEM

GABINETE DO PREFEITO

Atos e Decisões

DECRETO N. 10.031

O Prefeito Municipal de Belém, usando de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1.º É concedida a Antonia de Vasconcelos Corrêa, brasileira, doméstica, residente e domiciliada nesta capital, a isenção do imposto predial relativo ao exercício de 1954 e a redução de 50% nos exercícios de 1955 e 1956, que incide sobre o imóvel n. 410, sito, sito à Rua Barão de Igarapé Miri, de acordo com a Lei n. 932, de 16/10/50, modificada pela Lei n. 992, de 16/6/50.

Art. 2.º Ficam dispensados os débitos relativos aos exercícios de 1951 a 1954, e a redução de 50% em 1955/1956, bem como as respectivas multas, de conformidade com as leis mencionadas no art. 1.º.

Art. 3.º A isenção concedida por este decreto não se refere às taxas adicionais.

Art. 4.º Este decreto entrará em vigor à data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 11 de abril de 1957.

CELSONO MALCHER
Prefeito Municipal
Camillo Montenegro Duarte
Secretário de Finanças

DECRETO N. 10.032

O Prefeito Municipal de Belém, usando de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1.º É concedida a Gemina Cunha de Araujo, brasileira, viúva, residente e domiciliada nesta capital, a isenção do imposto predial relativo ao exercício de 1956, que incide sobre a barraca n. 1.006, sito à Trav. 9 de Janeiro, de acordo com a Lei n. 922, de 16/6/50, modificada pela Lei n. 1.095, de 9/8/50.

Art. 2.º A isenção concedida por este decreto não se refere às taxas adicionais.

Art. 3.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 11 de abril de 1957.

CELSONO MALCHER
Prefeito Municipal
Camillo Montenegro Duarte
Secretário de Finanças

CÂMARA MUNICIPAL DE BELEM

LEI N. 3.650 — DE 3 DE MAIO DE 1957

Dá nova redação a alínea B, do projeto de Lei n. 3.450, de 6-VIII-56.

A Câmara Municipal de Belém, estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A alínea B, da lei n. 3.450 passará a ter a seguinte redação:

b) Para edificios situados nas

avenidas Portugal, Boulevard Castilhos França, e Rua João Alfredo, o mínimo 10 andares.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 3 de maio de 1957.

Jacinto de Pinho Rodrigues
Prefeito Municipal em exercício
Alfredo Cesar de Oliveira
Secretário de Obras